

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2015/2016



TII

**OPERAÇÕES MILITARES CONTRA A MONARQUIA
DO NORTE EM 1919**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Luís Batista
MAJ TM**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
OPERAÇÕES MILITARES CONTRA A MONARQUIA
DO NORTE EM 1919

MAJ TM Luís Alves Batista

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2016



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
OPERAÇÕES MILITARES CONTRA A MONARQUIA
DO NORTE EM 1919

MAJ TM Luís Alves Batista

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: MAJ ENG João Manuel Pinto Correia

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti-plágio

Eu, **Luís Alves Batista**, declaro por minha honra que o documento intitulado **Operações Militares contra a Monarquia do Norte em 1919** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2015/16** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **14 de junho de 2016**

Luís Alves Batista

Maj Tm



Agradecimentos

No final desta jornada, gostaria de prestar os seguintes agradecimentos públicos:

Ao meu orientador, Maj Pinto Correia, pelo apoio e paciência demonstrados durante a elaboração do trabalho,

Ao Arquivo Histórico Militar, à Biblioteca do Exército, Biblioteca do IUM e ao Arquivo Histórico da Marinha, pelo apoio na pesquisa e consulta da documentação necessária,

Aos meus camaradas de curso, que ajudaram a tornar este caminho mais agradável,

Finalmente, à minha família pelo acompanhamento e compreensão durante este longo percurso.



Índice

Introdução.....	1
1. Estado da arte e percurso metodológico.....	5
2. O caminho para a Monarquia do Norte.....	9
3. Organização e evolução das forças da República.....	16
4. Operações militares das forças da República.....	26
Conclusões.....	36
Fontes Arquivísticas.....	40
Fontes Impressas.....	42
Referências Bibliográficas.....	43

Índice de Anexos

Anexo A — Fotografias ilustrativas da época da Monarquia do Norte.....	1
Anexo B — Distribuição territorial das unidades do Exército em 1911.....	1
Anexo C — Mapa dos Caminho-de-ferro em Portugal em 1895.....	1

Índice de Apêndices

Apêndice A — Esquema relacional metodológico.....	1
Apêndice B — Cronologia.....	1
Apêndice C — Evolução do Teatro de Operações.....	1
Apêndice D — Mapas de situação.....	1

Índice de figuras

Figura 1 – Divisão territorial de 1911.....	17
Figura 2 – Multidão à espera de Sidónio Pais no Largo do Pelourinho, Porto.....	Anx A-1
Figura 3 – A população aguarda que a urna de Sidónio Pais seja colocada sobre o armão.....	Anx A-1
Figura 4 – Batalhão Académico no Quartel das Janelas Verdes, Lisboa.....	Anx A-2
Figura 5 – Treino de voluntários no Campo Pequeno.....	Anx A-2
Figura 6 – Unidades de Infantaria em 1911.....	Anx B-1
Figura 7 – Unidades de Artilharia, Cavalaria e Engenharia em 1911.....	Anx B-2
Figura 8 – Mapa dos Caminho-de-ferro em Portugal em 1895.....	Anx C-1



Figura 9 – Esquema relacional metodológico	Apd A-1
Figura 10 – Teatro de Operações em 31 de janeiro	Apd C-1
Figura 11 – Teatro de Operações em 7 de fevereiro.....	Apd C-2
Figura 12 – Teatro de Operações em 17 de fevereiro.....	Apd C-3
Figura 13 – Situação da 2ª Divisão (21 a 24 de janeiro)	Apd D-1
Figura 14 – Situação da 5ª Divisão (25 a 27 de janeiro)	Apd D-2
Figura 15 – Situação da 5ª Divisão (27 a 30 janeiro)	Apd D-3
Figura 16 – Situação das forças no final da fase de contenção	Apd D-4
Figura 17 – Situação da 2ª Divisão (8 a 13 de fevereiro)	Apd D-5
Figura 18 – Situação da 5ª Divisão (10 a 12 de fevereiro)	Apd D-6
Figura 19 - Situação das forças no final da fase da ofensiva.....	Apd D-7
Figura 20 – Situação da 2ª Divisão (14 a 20 de fevereiro)	Apd D-8

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Evolução das unidades ao dispor da 2ª Divisão.....	19
Tabela 2 – Evolução das unidades ao dispor da 5ª Divisão.....	21
Tabela 3 – Reorganização de subunidades da 5ª Divisão.....	22



Resumo

Este trabalho pretende estudar a reação militar da I República quando confrontada com a proclamação da Monarquia do Norte. A fim de cumprir este desiderato, optou-se por dividir o problema em três partes que são a organização das forças republicanas, a sua evolução ao longo do conflito e a forma como foram conduzidas as operações militares. Recorreu-se a uma metodologia baseada no método indutivo consultando fontes arquivísticas e livros sobre o tema em estudo, utilizando uma estratégia de investigação qualitativa e empregando a pesquisa histórica como desenho de pesquisa.

Conclui-se que a República reagiu militarmente contra a Monarquia do Norte criando forças em operações à custa dos efetivos existentes nas áreas envolvidas no conflito e reforçando estas unidades com efetivos mobilizados entre militares licenciados e voluntários civis para prosseguir as operações, que se desenrolaram numa lógica de contenção inicial do avanço das forças monárquicas para Sul, seguida de uma repulsão dessas forças para Norte do rio Douro e finalizado pela sua expulsão total do território nacional.

Palavras-chave

Monarquia do Norte, I República, Operações Militares.



Abstract

The purpose of this paper is to study the military response of the First Portuguese Republic when faced with the proclamation of the monarchy in the north of the country. In order to meet this goal, we decided to divide the problem into three parts which are the organization of the republican forces, their evolution over the conflict and how the military operations were conducted. We used a methodology based on the inductive method referring to archival sources and studies about our subject, using a qualitative research strategy and employing historical research as the research design.

We conclude that the Republic reacted militarily against the Northern Monarchy creating forces at the expense of existing units in the areas involved in the conflict and strengthening these units with units mobilized among military licensees and civilian volunteers to continue the operations, which took place in three phases: initial containment of the advance of monarchical forces towards the south, followed by a repulsion of these forces to the north of the Douro river and finalized by their total expulsion from the country.

Keywords

Northern Monarchy , First Portuguese Republic , Military Operations.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CCFO	Comando em Chefe das Forças em Operações
CEM	Chefe de Estado-maior
CIDIUM	Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar
DM	Destacamento Misto
EE	Escola de Equitação
ETE	Estações Testas de Etapas
IHC	Instituto de História Contemporânea
MDN	Ministério da Defesa Nacional
n°	Número
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
QG	Quartel-General
RA	Regimento de Artilharia
RC	Regimento de Cavalaria
RI	Regimento de Infantaria



Introdução

Com a revolução republicana de 5 de outubro de 1910, Portugal entra num período político conturbado que iria durar até ao golpe militar de 28 de maio de 1926. Durante os 16 anos de I República, Portugal teve 45 governos diferentes, com alguns deles a não completarem um mês de governação (Governo da República Portuguesa, 2015).

Após a revolução, os dois partidos¹ existentes durante a monarquia constitucional desaparecem do espectro político português. Até 1914, a influência dos monárquicos na cena política portuguesa manteve-se reduzida, zelando a pequena burguesia republicana pela manutenção desse *status quo*. No entanto, e como exceção, ocorrem neste período duas incursões monárquicas em Portugal em 1911 e 1912², ambas protagonizadas por Paiva Couceiro e que não obtiveram efeitos práticos no regime republicano. Em 1914, o governo de conciliação de Bernardino Machado vem dar maior liberdade de ação aos monárquicos, surgindo nesse ano a Causa Monárquica. “Desde o início que nela se fazem sentir duas orientações: uma minoritária e radical que considera só ser possível derrubar a República violentamente através de conspiração, e outra maioritária que se inclina para a actividade eleitoral e consolidação da organização, considerando qualquer conspiração prematura” (Telo, 1980, pp. 68-69). Esta separação dentro da causa monárquica ainda existia quando se deu a proclamação da Monarquia do Norte.

Na véspera da Monarquia do Norte, Portugal encontrava-se com as finanças num estado de profunda depressão. O país tinha acabado de sair da I Guerra Mundial e, embora fosse um dos países vencedores, “Sob muitos aspectos, era na realidade um país vencido que emergia de três anos de conflito” (Telo, 1980, p. 11). Em 1918, “Nos meados de Novembro havia grandes problemas de subsistência pública a resolver. Formavam-se grandes bichas para a obtenção de víveres” (Serrão, 1989, p. 215).

Com a morte de Sidónio Pais em 14 de dezembro de 1918, acentuaram-se novamente as clivagens entre os republicanos e os monárquicos, precipitando uma série de acontecimentos que eclodiriam na proclamação da Monarquia do Norte em 19 de janeiro de 1919.

O presente trabalho pretende analisar a forma como a I República conduziu as operações militares contra a Monarquia do Norte no início de 1919, analisando a geração e

¹ Partido Progressista e Partido Regenerador.

² Em 4 de outubro de 1911, entra em Portugal por Cova de Lua e segue para Vinhais antes de ser forçado a retirar. Em 6 de julho de 1912, faz nova incursão pelo Norte, sendo detido em Chaves, de onde retira novamente para Espanha (Pinto, 2010, pp. 146-157).



mobilização de forças, bem como o desenrolar da campanha. Este tema insere-se no âmbito do projeto do Centro de Investigação de Segurança e Defesa do Instituto de Estudos Superiores Militares³: “A conjuntura internacional e as consequências da participação militar portuguesa na Primeira Guerra Mundial”. A invocação do centenário da Primeira Guerra Mundial veio reavivar o interesse sobre esse período conturbado da história portuguesa, importando analisar as consequências da mesma na sociedade portuguesa, bem como na instituição militar. A Monarquia do Norte constitui-se como um marco importante nessa história, tendo em conta que representa a última tentativa armada de restaurar o regime monárquico em Portugal. O tema em estudo tem importância para a instituição militar e para a história da I República em geral, contribuindo para uma melhor compreensão do contexto militar subjacente à Monarquia do Norte e permitindo complementar os outros estudos realizados no âmbito do projeto do CIDIUM referido anteriormente.

Tendo sido definido como tema desta investigação as “Operações militares contra a Monarquia do Norte em 1919”, seleccionámos como objeto de estudo “A reação militar do governo da República às ações da Monarquia do Norte”, entendendo-se como reação militar o ato de gerar e organizar as unidades militares que foram combater as forças monárquicas, bem como as próprias operações militares que essas unidades empreenderam contra essas forças. O trabalho foi delimitado em termos espaciais à região controlada em janeiro de 1919 pela Monarquia do Norte bem como os territórios adjacentes que foram utilizados no esforço republicano de combate a este regime, sensivelmente os territórios do centro e Norte do país, mais especificamente a região a Norte dos distritos de Coimbra e Castelo Branco, inclusive. Em termos temporais, centramo-nos fundamentalmente no período de janeiro e fevereiro de 1919, período em que decorreram a geração e as operações das forças da República contra a Monarquia do Norte. De ressaltar o facto que, embora com estas delimitações espaciais e temporais no que se refere ao objeto de estudo, para efeitos de enquadramento contextual da realidade da Monarquia do Norte, vamos abordar espaços físicos e temporais que excedem esta delimitação. Finalmente, em termos de conteúdo, utilizamos como elementos de consulta as fontes contidas no Arquivo Histórico Militar do Exército, Arquivo Histórico da Marinha, Biblioteca do Exército e Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa, bem como vários estudos e livros

³ Alterado para Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar (CIDIUM) (MDN, 2015).



dedicados ao tema em apreciação e à história da primeira metade do século XX, cingindo-nos a estudar a campanha do ponto de vista das forças da República, por serem as fontes disponíveis mais acessíveis.

Identificámos como Objetivo Geral (OG) para esta investigação “sintetizar a reação militar da República contra a Monarquia do Norte”, sintetizando a forma como foi gerado, organizado e empregue o instrumento militar para derrotar as forças monárquicas situadas na região Norte do país. Para dar corpo a este OG e facilitar a abordagem ao mesmo, formulamos três Objetivos Específicos (OE) relacionados com este. Os dois primeiros OE relacionam-se com a geração e mobilização de forças, enquanto o terceiro OE enquadra-se na temática das operações militares em si. Sendo assim, identificamos o OE1 como sendo: “analisar a constituição das unidades militares empregues pela República”, e o OE2 como sendo: “analisar a evolução das unidades militares empregues pela República durante as operações”. Finalmente, em relação ao OE3, este foi formulado como sendo: “sintetizar as operações militares realizadas pelas unidades militares empregues pela República”.

Para realizar o desiderato colocado pelo OG e de modo a orientar o nosso estudo, definimos a seguinte Pergunta de Partida (PP): “De que forma reagiu militarmente a República perante a Monarquia do Norte?”. Tendo como base esta PP, formulamos as três seguintes Perguntas Derivadas (PD):

PD1: “Como eram constituídas as unidades militares empregues pela República contra a Monarquia do Norte?”;

PD2: “Como evoluíram os efetivos e a composição das unidades militares empregues pela República contra a Monarquia do Norte?”;

PD3: “Como decorreram as operações das unidades militares empregues pela República contra a Monarquia do Norte?”.

Estas três PD enquadram e estão relacionadas com os OE 1, 2 e 3, respetivamente, correspondendo as PD1 e PD2 à geração e organização das forças republicanas e a PD3 às operações militares dessas forças, componentes da reação militar da República, conforme mencionada anteriormente. A relação entre os objetivos e as perguntas, bem como a localização das respostas no corpo deste trabalho, pode ser encontrada de forma esquemática no Apêndice A.

Em relação à metodologia utilizada neste trabalho, o nosso estudo foi baseado no método indutivo, servindo-nos dos dados particulares recolhidos nas fontes para responder às perguntas formuladas. Utilizamos uma estratégia de investigação qualitativa e, como



desenho de pesquisa ou *research design*, a pesquisa histórica. Em termos de fases do percurso de investigação, este trabalho foi dividido em três fases (exploratória, analítica e conclusiva).

No que respeita à organização do estudo, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos, para além da Introdução e das Conclusões, sendo um capítulo dedicado ao Percurso Metodológico, outro ao enquadramento histórico da Monarquia do Norte e dois aos dados recolhidos sobre o tema da investigação.

Assim, num primeiro capítulo, apresentamos a informação que decorre do processo de revisão da literatura e o consequente estado da arte do tema em estudo, bem como o percurso metodológico seguido no trabalho, fazendo-se ainda uma crítica às fontes consultadas. De seguida, no segundo capítulo, descrevemos o contexto existente em Portugal à época e que enformou os acontecimentos que deram eventualmente origem à Monarquia do Norte. No capítulo seguinte identificamos e analisamos as unidades militares empregues pela República para combater a Monarquia do Norte, estudando a sua geração e evolução ao longo da campanha. No quarto capítulo, analisamos e sintetizamos as operações militares conduzidas pelas unidades da República contra as forças da Monarquia do Norte. Finalmente, nas conclusões, determinamos que as forças da República foram baseadas inicialmente na componente fixa já implementada no território e socorrendo-se dos efetivos aí existentes, sendo reforçadas por unidades *ad hoc* que o governo republicano foi gerando. Concluimos ainda que as operações militares foram levadas a cabo em três fases, havendo sempre preocupação com o apoio mútuo entre as diversas forças em operações.



1. Estado da arte e percurso metodológico

Neste capítulo, pretendemos apresentar o estado da arte em relação ao tema do nosso estudo, bem como explicar o processo metodológico por nós seguido para elaboração deste trabalho. O capítulo encerra-se com a exposição da crítica externa e interna às fontes utilizadas.

Ao iniciarmos o nosso estudo, efetuamos uma revisão da literatura existente sobre a época que nos propusemos a investigar, de modo a definir o estado da arte neste campo do conhecimento. Verificámos que a história da I República é um campo do conhecimento bastante estudado, quer nos tratados de história geral de Portugal ou do século XX, quer em tratados dedicados exclusivamente a este período do Estado português. Dentro deste período, um dos eventos mais marcantes e impossível de ser contornado é sem dúvida a I Guerra Mundial. Este conflito, vivido em Portugal no teatro europeu e africano, sem esquecer o Atlântico, influenciou de modo importante todos os campos da sociedade portuguesa, do aspeto económico ao diplomático, passando pelo social e militar⁴. Este período da história portuguesa é um período muito conturbado em termos políticos e sociais, com a inabilidade dos governos em manterem-se em funções por intervalos de tempo prolongados⁵ e com a sociedade a polarizar-se em torno de várias correntes políticas diferentes (republicanos novos e velhos, monárquicos, católicos, entre outros). Esta polarização da sociedade assumia contornos por vezes extremos, sucedendo-se as revoluções e contra revoluções, bem como assassinatos políticos⁶, nos vários anos que a I República perdurou.

Nessa época, logo a seguir ao fim da I Guerra Mundial, insere-se o período de análise deste trabalho, a Monarquia do Norte, um intervalo relativamente curto entre os anos da I República. Pela sua brevidade, assim como pelo número de golpes e episódios revolucionários de que é pródiga a I República, compreende-se que este período não mereça mais que uma breve referência nos tratados de história geral. Este assunto aparece mais desenvolvido em livros que tratam especificamente da I República, como são exemplo o “Nobre Povo – Os anos da República”, de Jaime Nogueira Pinto, ou “A contra-revolução na I República (1910-1919)” de Miguel Dias Santos, assim como em

⁴ Para um estudo aprofundado da relação dos militares com a sociedade e a política da I República, consultar as obras de Maria de Lurdes Fonseca (<http://www.mlfonseca.com/artigos-sociologia-militar>).

⁵ Como foi referido na Introdução, os 16 anos da I República viram a formação de 45 governos diferentes.

⁶ De destacar de entre estes, o episódio da camioneta-fantasma de 19 de outubro de 1921, uma “noite infame de fúria e de vergonha” (Pinto, 2010, p. 397).



dissertações relacionadas com o tema para obtenção de grau académico, incluindo a deste último autor. Encontramos também duas obras que abordam especificamente a temática da Monarquia do Norte. A primeira, “Para a história da Monarquia do Norte” de José Luciano Sollari Allegro, pertence já à década de 80 do século passado e a outra, com o título sugestivo de “A Monarquia do Norte - 1919” de Helena Moreira da Silva, foi publicada em 2008.

Em todas as obras mencionadas, verifica-se que estas abordam a questão da Monarquia do Norte principalmente na vertente política em vez da vertente militar, ou seja, concentram-se nas razões e nas correntes ideológicas que deram origem a restauração monárquica e que conduziram a sua ação, em detrimento das operações militares efetuadas nesse período. Mesmo nos livros dedicados inteiramente à Monarquia do Norte, embora se trate com mais pormenor a parte militar, a ênfase continua a ser nas decisões dos vários atores envolvidos e como estas se enquadram nos acontecimentos que contextualizam esta época. Sendo assim, concluímos que o estudo das operações militares no período da Monarquia do Norte não está muito desenvolvido, fruto das razões apresentadas anteriormente, pelo que se justifica estudar esta componente associada à Monarquia do Norte. De modo a estudar este tema, formulamos os objetivos e as perguntas que foram apresentadas na Introdução.

O percurso metodológico por nós seguido baseia-se no prescrito nas orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação do Instituto Universitário Militar (Santos e Lima, 2016). O nosso estudo foi baseado essencialmente no método indutivo, servindo-nos dos dados particulares recolhidos nas diversas fontes e livros consultados para dar resposta aos objetivos identificados. Como estratégia de investigação, optámos pela estratégia qualitativa recorrendo à análise documental para recolha dos dados a estudar. Finalmente, como desenho de pesquisa ou *research design*, escolhemos a pesquisa histórica, utilizando a informação já existente nas fontes que consultámos.

No que respeita às fases do percurso de investigação, este trabalho foi dividido em três fases: exploratória, analítica e conclusiva. A fase exploratória englobou a definição do problema e a heurística⁷. Para a definição do problema, analisámos estudos académicos e livros de história referente ao período em análise de modo a nos enquadrarmos no trabalho a ser desenvolvido e decidirmos qual o objeto de investigação a estudar. Nesta fase,

⁷ “[...] parte preliminar que trata da pesquisa de bibliografia, das fontes, dos documentos, em suma, da reunião dos materiais que mais se ajustem à pesquisa pretendida [...]” (Santos e Lima, 2016, p. 41).



socorro-nos da heurística para formular a definição do problema e para circunscrever as fontes que iriam ser utilizadas no trabalho, bem como estudos entendidos como relevantes para a nossa investigação. Delimitámos nesta fase inicial as fontes a serem consultadas a dois livros coevos da Monarquia do Norte, um por Rocha Martins (1922; 1923) e outro por Teófilo Duarte (1941) e as fontes arquivísticas da 1ª Divisão do Arquivo Histórico Militar, com ênfase na Secção 37 que lida exclusivamente com a temática da Monarquia do Norte. Para além destas fontes, recorreremos também às revistas e jornais contidos na hemeroteca digital da Câmara Municipal de Lisboa.

A fase seguinte do processo metodológico foi a fase analítica. Nesta fase, continuou-se com a heurística iniciada na fase anterior, pois “a investigação em história suscita questionamento constante às fontes, cuja busca de respostas conduz à necessidade de mais informação” (Santos e Lima, 2016, p. 41). Por intermédio dessa consulta, encontramos referências à atuação da Marinha na campanha contra a Monarquia do Norte, pelo que alargámos a pesquisa às fontes arquivísticas de Documentação Avulsa do Arquivo Histórico da Marinha. Nesta fase também se procedeu à análise dos dados recolhidos durante a investigação, conjugando a informação das fontes com estudos sobre a Monarquia do Norte. Os estudos utilizados nesta análise foram essencialmente os mencionados anteriormente na discussão do estado da arte deste tema. Para além destes, foram também utilizados os volumes coordenados por Ramires de Oliveira e que tratam da história do Exército português entre 1910 e 1945. Um resultado importante desta fase foi a elaboração da crítica às fontes consultadas, “para apreciação do valor dos autores e dos seus testemunhos” (Santos e Lima, 2016, p. 41).

Finalmente, na fase conclusiva, efetuou-se a síntese dos elementos colhidos no decurso da investigação e a conseqüente redação do trabalho de investigação, com a apresentação das conclusões do estudo e as conseqüentes limitações e recomendações.

Para efeitos de crítica às fontes, podemos dividir estas em três blocos distintos de análise: os livros, a documentação militar e os artigos de jornais e revistas.

Em relação aos livros, os exemplares consultados, ambos na Biblioteca do Exército, são os exemplares originais dessas obras. Rocha Martins era jornalista, colaborador de inúmeros jornais e revistas, tinha inclinação monárquica, tendo sido deputado durante o governo de Sidónio Pais. Durante os eventos da Monarquia do Norte, acompanhou os combates dos monárquicos e republicanos em Monsanto, tendo entrevistado os participantes dos acontecimentos a Norte do país. A obra foi publicada três anos após estes



eventos. Nota-se na sua obra um destaque para os feitos “heroicos” dos monárquicos. No geral, a sua descrição dos acontecimentos é coerente com outras fontes sobre a Monarquia do Norte. Por seu lado, Teófilo Duarte era um militar, apoiante incondicional de Sidónio Pais. Participou nos eventos por ele relatados, encontrando-se envolvido em ações desenvolvidas antes e durante a Monarquia do Norte com a sua “Coluna Negra”⁸. A sua obra foi publicada 22 anos após os acontecimentos. No entanto, e apesar dessa delonga entre os acontecimentos e a publicação, esta obra, tal como a de Rocha Martins, é coerente com os eventos relatados por outros autores.

A documentação militar provém na sua maioria do Arquivo Histórico Militar, com exceção de um documento proveniente do Arquivo Histórico da Marinha. Os documentos apresentados são na sua maioria originais, sendo a sua autoria diversa, desde os Comandantes das várias unidades envolvidas até chefes de estado-maior ou de repartições do estado-maior. As funções desempenhadas pelos autores dos documentos são coerentes nos vários escritos estudados. Todos os autores escreveram sobre acontecimentos em que estiveram diretamente envolvidos, tendo sido redigidos na mesma altura que estavam a decorrer. Embora estes testemunhos tenham sido escritos por republicanos, o estilo e a forma como foram escritos não indiciam uma linha tendenciosa por parte destes.

Finalmente, os jornais e revistas utilizadas são digitalizações dos originais disponíveis *online* no sítio da hemeroteca digital de Lisboa. A maioria dos artigos não são assinados, tornando-se difícil definir a sua autoria, no entanto, como é natural em jornais e revistas, as reportagens são coevas. Estes meios de comunicação são profundamente republicanos, notando-se esse cariz na linguagem profundamente marcada com que se referem aos monárquicos e aos republicanos⁹. Apesar da escrita tendenciosa, podem-se utilizar as provas fotográficas e entrevistas publicadas, recorrendo também aos textos publicados desde que se tenha consciência da possível deturpação dos factos devido à sua afiliação republicana.

No capítulo seguinte, vamos realizar o enquadramento da época em que se deu a Monarquia do Norte, relatando os principais eventos que a antecederam.

⁸ Coluna militar comandada por Teófilo Duarte e que era assim chamada por levar com estandarte um pavilhão de seda negra, inscrita com os dizeres “Glória a Sidónio Pais” (Allegro, 1988, p. 224).

⁹ Atente-se a este trecho da Ilustração Portuguesa (1919, p. 81) “[...] travada entre republicanos e monárquicos, com plena e *festejadíssima* vitoria para as instituições que nos regem desde 5 de outubro de 1910.” Ou neste artigo de A Capital (1919a) “Uma parte das forças revoltadas abandonou o núcleo de traidores, que desde madrugada está sendo formidavelmente batido pela artilharia republicana [...] Como autênticos “boches” um grupo de revoltosos fingiu entregar-se, erguendo as mãos, para, á queima roupa fuzilar alguns voluntários da Republica, que severamente castigaram a vilíssima traição”.



2. O caminho para a Monarquia do Norte

Neste capítulo, vamos descrever os acontecimentos que precederam a proclamação da Monarquia do Norte, bem como explicitar brevemente a tentativa de restauração monárquica em Lisboa, por ser relevante na reação da República à Monarquia do Norte.

Em 1917, crescem as divergências entre o poder político e os militares, descontentes pela entrada de Portugal na I Guerra Mundial e pelas condições materiais a que estava sujeito o Corpo Expedicionário Português, assim como, no caso particular do corpo de oficiais, pelas transformações que se estavam a operar no exército fruto da entrada neste de centenas de oficiais milicianos. Nesse mesmo ano, registaram-se várias movimentações contrárias ao embarque de soldados para o teatro de guerra europeu e os efetivos presentes nesse teatro não demonstravam reconhecimento para com o poder político que os colocou nessa situação (Ferreira, 2004a, pp. 274-276).

Os principais opositores do Partido Democrático, no poder em 1917, eram os Unionistas de Brito Camacho e o Partido Centrista de Egas Moniz. Contra o governo do Partido Democrático, os unionistas planearam uma conspiração que estava, inicialmente, sob a égide de Brito Camacho mas que foi depois desaprovada por ele. Essa conspiração continuou sob a liderança do Major de Artilharia Sidónio Pais¹⁰, “que fizera parte dos primeiros governos da República e que exercera, até à declaração de guerra da Alemanha, o cargo de ministro plenipotenciário português em Berlim” (Allegro, 1988, pp. 28-31; Duarte, 1941, pp. 66-85, 158; Ferreira, 2004b, p. 277).

A conspiração tomou forma em 5 de dezembro de 1917, com vários confrontos pelo país, tendo saído vitoriosa em 8 de dezembro. O novo governo legisla no sentido de reconciliar republicanos, monárquicos e religiosos, granjeando com isso grande estima entre o povo, o que, aliado ao carisma de Sidónio Pais, fazem com que este seja alvo de forte apoio popular, consubstanciado nas aclamações de que era alvo sempre que se deslocava pelo país (ver Anexo A - Figura 2). Sidónio Pais pretendia impor um regime presidencialista, para pôr cobro ao anterior regime em que o presidente da República era

¹⁰ “Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918) era Major de Artilharia em licença ilimitada e lente de Matemática da Universidade de Coimbra. [...] Republicano, e maçã da loja Estrela de Alva em Coimbra, foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1911, ministro do Fomento no 1º governo constitucional chefiado por João Chagas e depois ministro das Finanças no ministério presidido por Augusto Vasconcelos. [...] Quando se efetuou o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ficou a fazer parte da Câmara dos Deputados como unionista (Partido de Brito Camacho)” (Oliveira, 1993, p. 155).



eleito pelo congresso¹¹, não tendo poder para dissolver esse órgão. Segundo ele, o Presidente deveria ser eleito por sufrágio pelo povo, em vez da referida eleição pelo congresso. Este desiderato, contrário à constituição de 1911, valeu-lhe resistência dentro do seu próprio partido, e este sofreu vários ataques por parte de jornais afetos à causa do Partido Democrático, ironicamente tendo sido o próprio Sidónio Pais a suspender a censura que estava em vigor à data da conspiração (Allegro, 1988, pp. 35-43; Oliveira, 1993, pp. 155-159; Duarte, 1941, pp. 161-197, 254). Durante o ano de 1918, o governo de Sidónio Pais foi perdendo o apoio dos políticos devido à sua natureza autoritária, tendo também sofrido nesse ano três tentativas de deposição pela força das armas, levadas a cabo por militares afetos à oposição ao seu regime (Oliveira, 1993, pp. 157-161; Duarte, 1941, pp. 255-258).

Para além das revoltas contra o seu governo, Sidónio Pais sofreu também pessoalmente vários atentados perpetrados pelos seus opositores. Devido a esses atentados e com receio que estes obtivessem sucesso, surgiu a ideia, dentro do quadro de oficiais do Exército, de se criarem agrupamentos de oficiais para poderem ter um papel ativo em caso de morte de Sidónio Pais, de modo a manterem o país no rumo traçado pelo Presidente. Estes agrupamentos viriam a denominar-se Juntas Militares, que se pretendiam apartidárias e que zelassem pelo bem da nação. Esta ideia foi apresentada a Sidónio Pais, que a aprovou, tendo ficado o Coronel João de Almeida como representante da Junta Militar do Sul e o Coronel Silva Ramos como o da Junta Militar do Norte. A Junta Militar elaborou uma lista com o nome para um futuro governo em caso de morte de Sidónio Pais, sendo essa lista entregue a Tamagnini Barbosa. Em 14 de dezembro de 1918, quando se preparava para embarcar na estação do Rossio com destino ao Porto, Sidónio Pais é atingido mortalmente¹² (Allegro, 1988, pp. 57-69; Duarte, 1941, pp. 262-263, 331-336).

Com a sua morte, deu-se a “dissolução da coligação de forças políticas e sociais que ele polarizara” (Pinto, 2010, p. 313), acentuando-se novamente as clivagens entre os republicanos e monárquicos. O seu projeto político era assente na sua personalidade, sendo difícil sustentar, sem a sua principal figura, um regime que “trouxera ao país a esperança de uma alternativa à demagogia e à ditadura disfarçada dos democráticos” (Pinto, 2010, p.

¹¹ Reunião conjunta das duas câmaras (Câmara dos Deputados e Senado) que constituíam o parlamento na I República.

¹² O assassino foi José Júlio da Costa, antigo sargento do Exército, veterano em Moçambique contra os alemães. Suspeita-se de influências maçónicas que manipularam o assassino a perpetrar o atentado que vitimou Sidónio Pais (Pinto, 2010, p. 308; Oliveira, 1993, p. 162).



314). Tal como tinha sido aclamado em vida pela população, também na morte o povo se uniu à sua volta, com o cortejo fúnebre a ser acompanhado por milhares de pessoas¹³ (ver Anexo A - Figura 3).

Na mesma noite do homicídio de Sidónio Pais, reuniu-se o Conselho de Ministros com vários chefes políticos para decidir a sucessão do presidente assassinado. Foi decidido por unanimidade atribuir o cargo ao Ministro da Marinha, Almirante Canto e Castro, por ser o mais velho e mais graduado de entre eles. O Ministro da Guerra, Coronel Álvaro de Mendonça, exprimiu a determinação da Junta Militar em constituir um governo de força que continuasse no caminho traçado por Sidónio Pais, sentindo-se esta legitimada pela aprovação que Sidónio Pais lhes tinha dado ainda em vida. No entanto, contrariamente ao desejo do anterior Presidente, o Congresso revogou as disposições estabelecidas por este, retomando o regime anterior de eleição do Presidente pelo congresso ao invés do voto popular. “Era a grande machadada no sistema presidencialista que morria assim menos de 48 horas depois do desaparecimento do seu fundador” (Allegro, 1988, pp. 71-73; Oliveira, 1995, p. 285; Duarte, 1941, p. 336).

O Almirante Canto e Castro foi confirmado como Presidente por eleição do Congresso, tendo encarregado Tamagnini Barbosa de constituir governo. Neste governo não constavam nenhum dos nomes da lista elaborada pela Junta Militar antes do assassinato de Sidónio Pais, pelo que os militares da Junta se sentiram melindrados e optaram por tomar uma posição de força. Em Lisboa, três regimentos e partes de outras unidades deixaram os quartéis e foram-se instalar em Monsanto e no Parque Eduardo VII, exigindo que o governo do país fosse entregue ao Coronel João de Almeida. Estes militares recolheram aos respetivos quartéis após conferenciar com um enviado de Tamagnini Barbosa, tendo este prometido rever a constituição do governo. No Porto, a Junta resolveu substituir o governo no Norte do país, constituindo-se como Junta Governativa, impondo ao governo a saída de alguns dos seus membros, podendo manter-se no executivo Tamagnini Barbosa se este agisse de acordo com o exigido pelos militares. A maior parte das unidades do Norte apoiou a Junta Governativa, com a exceção de Vila Real. Foram enviados à capital vários emissários da Junta Militar do Norte para negociar com Tamagnini Barbosa a formação de um novo governo, favorável aos desejos das Juntas. Ao fim de quatro dias, chegou-se a um acordo entre os vários intervenientes, conseguindo as

¹³ “Ao todo contamos, inscritas em 398 folhas pautadas, 5.514 homens e 2.922 mulheres, perfazendo um total de 8.436, a que podemos ainda somar 1.154 indivíduos de ambos os sexos – a cifra global é, portanto, de 9.590 – identificados mediante cartão de pêsames” (Silva, 2006, p. 364).



Juntas Militares colocar três pessoas da sua confiança no governo em troca da dissolução imediata das Juntas Militares, sem represálias para os membros das mesmas. No entanto, o “acordo a que se chegou no dia 6 de Janeiro não foi do inteiro agrado das pessoas ligadas à Junta Militar do Norte e representou, em certa medida, um triunfo para Tamagnini Barbosa porque conseguiu manter-se como Presidente do Ministério e Ministro do Interior, obteve a dissolução das Juntas e só mudou três Ministros, conservando o Dr. Egas Moniz¹⁴ que era um dos que as referidas Juntas haviam pretendido excluir do governo” (Allegro, 1988, pp. 77-100; Oliveira, 1993, p. 253; Duarte, 1941, pp. 336-339; Martins, 1922, pp. 5-41).

O acordo firmado entre Tamagnini Barbosa e as Juntas Militares desagradou a alguns elementos do Congresso, dos quais se destaca o Engenheiro Cunha Leal¹⁵, que acusaram o Presidente do Ministério de ceder à pressão das Juntas, insurgindo-se contra o papel destas nos acontecimentos que levaram à mudança do governo. A reação contra o acordo também se fez sentir fora do Congresso. Invocando a necessidade de salvar a República provocada pela capitulação desta às Juntas Militares, eclodiram uma série de revoltas ao longo do país. Em Lisboa, grupos de civis armados e chefiados por oficiais democráticos tentaram invadir o RI33, aquartelado no Castelo de S. Jorge, e o Arsenal da Marinha, tendo-se também amotinado as guarnições de alguns navios fundeados no Tejo. Ambos os assaltos aos quartéis militares foram repelidos pelas guarnições com baixas de ambas as partes, rendendo-se também os navios após estes terem sido visados pelas Baterias em terra conseguindo as forças leais ao governo debelar a revolta na capital num dia. Enquanto decorriam estes eventos em Lisboa, desencadearam-se também revoltas na Covilhã, em Alcobça e nas Caldas da Rainha, bem como em várias povoações no distrito e na cidade de Santarém. Havia igualmente uma revolta planeada para o Porto, mas esta não se concretizou (Allegro, 1988, pp. 105-107; Duarte, 1941, pp. 339-344; Martins, 1922, pp. 43-49).

A revolta na Covilhã foi debelada pelo Tenente Teófilo Duarte com forças provenientes das guarnições da Guarda e de Castelo Branco, naquela que ficou conhecida como a “Coluna Negra”. Nesse mesmo dia, forças do governo provenientes do Porto e de Coimbra ocuparam o Entroncamento, enquanto forças oriundas de Lisboa fizeram o

¹⁴ Egas Moniz era o Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Tamagnini Barbosa, encontrando-se nessa altura a chefiar a delegação portuguesa nas negociações para a paz em consequência do fim da I Guerra Mundial, pelo que não podia ser substituído (Allegro, 1988, p. 100).

¹⁵ Deputado independente e ex-militar, veio a fazer parte do posterior assalto ao Regimento de Infantaria (RI) 33 e da revolta em Santarém (Allegro, 1988, pp. 105-107).



mesmo no Carregado. No dia seguinte, foram extintas as revoltas em Alcobaça e nas Caldas da Rainha, restando apenas Santarém no controlo dos revoltosos. Para esta cidade convergiram as várias forças que tinham atuado nos outros focos de revolta, ficando a cidade cercada. Após três dias, os revoltosos renderam-se e as forças fiéis ao governo entraram em Santarém, extinguindo-se dessa forma esta tentativa de repor de forma completa a Constituição de 1911 e apagar todos os traços existentes da República Nova de Sidónio Pais. Embora os autores tenham invocado a necessidade de salvar a Pátria do acordo entre Tamagnini Barbosa e as Juntas Militares como razão para as revoltas, o grau de preparação e simultaneidade das mesmas, aliadas ao curto espaço de tempo que mediou o acordo do início das revoltas (três dias), indicia que estas já estavam a ser planeadas ainda durante a vida de Sidónio Pais, provavelmente contra a sua República Nova e as suas políticas (Allegro, 1988, pp. 107-108; Oliveira, 1993, pp. 253-254; Duarte, 1941, p. 345; Martins, 1922, pp. 50-87).

A reação de Tamagnini Barbosa às revoltas¹⁶, aliadas à tentativa por parte deste de mudar os comandos do Norte do país, substituindo militares pertencentes às Juntas Militares por outros a favor do governo, bem como a libertação dos presos da revolta de Santarém, levantou a dúvida sobre o envolvimento de Tamagnini Barbosa com os revoltosos, acentuando a clivagem existente entre as Juntas e o governo (Oliveira, 1993, p. 255; Duarte, 1941, p. 345). Os oficiais monárquicos da Junta chegaram à conclusão que o governo de Tamagnini Barbosa não seria capaz, nem teria vontade de prosseguir a visão de Sidónio Pais. Estes oficiais decidiram assim que a única solução para esta questão seria a restauração da monarquia. Reunidos em volta da figura de Paiva Couceiro, estes iniciam o planeamento para um levantamento a iniciar no Norte do país e que se iria alastrar subsequentemente ao resto do país. Antes de principiar esta diligência, os monárquicos consultam o conselheiro Aires d'Ornelas, lugar-tenente do rei no exílio D. Manuel II, de modo a obterem o seu aval para a restauração da monarquia. Num memorando elaborado por Hipólito Raposo, à possibilidade da aprovação de um movimento militar de carácter monárquico, o conselheiro escreve “*Go on – Palavras d’El-Rei!*”. Com este assentimento de D. Manuel II ao movimento, tomam corpo os cuidados elaborados pelos monárquicos

¹⁶ Tamagnini Barbosa assumiu uma posição de desculpabilização de oficiais que tomaram parte na revolta de Santarém, dizendo acerca destes numa entrevista de 16 de janeiro ao jornal A Capital (1919b) “a minha impressão pessoal é de que há entre esses officiaes muitos elementos absolutamente dedicados ao regímen, e que só um «trop de zéle», uma lamentável precipitação e sem dúvida o desconhecimento dos factos atirou para essa triste aventura de Santarém”.



de modo a iniciar a restauração monárquica. Por entre tentativas do governo de Tamagnini Barbosa de retardar e parar o movimento dos monárquicos, dá-se a proclamação por Paiva Couceiro da monarquia no Porto, em 19 de janeiro de 1919, estendendo-se pela maior parte do Norte do país¹⁷, e dando assim início a Monarquia do Norte, que iria durar 25 dias (Allegro, 1988, pp. 111-156; Duarte, 1941, pp. 340-343; Martins, 1922, pp. 89-135).

Entretanto, em Lisboa, os Comandantes militares das unidades dessa guarnição reuniram-se para decidir qual deveria ser a sua reação em relação à restauração da Monarquia, decidindo-se pela manutenção da neutralidade dos quartéis, preparados para intervir no sentido de manutenção da ordem. O conselheiro do rei, Aires d'Ornelas, deu também conhecimento a Tamagnini Barbosa desta decisão, alegando que tinha sido surpreendido pela proclamação e que esse não era o desejo do rei. No entanto, os ânimos da população civil estavam exaltados contra figuras conhecidas pelas suas ideias monárquicas, tendo estes decidido recolher a vários quartéis para sua salvaguarda. Esta recolha fez com que a atenção dos populares se voltasse contra esses quartéis, clamando que era necessário atacar esses lugares. Perante esta ameaça por parte da população, armados pelo governo para fazerem face à ameaça no Norte, os militares e civis aquartelados no Regimento de Lanceiros 2 e no Regimento de Artilharia (RA) de Queluz saíram para ocupar posições defensivas em Monsanto na tarde de 22 de janeiro. Durante essa noite, aumentaram os efetivos em Monsanto com a adesão de outras unidades da guarnição de Lisboa. No dia seguinte, proclamou-se a Monarquia em Monsanto e iniciaram-se os confrontos entre essas forças e as forças republicanas da capital. Depois de dois dias de combate, as forças monárquicas, exauridas e com falta de munições e víveres, renderam-se, terminando assim a tentativa de proclamação da Monarquia no Sul do País. Tamagnini Barbosa, forçado a recorrer à ajuda dos partidários da República Velha¹⁸, também não sobreviveu politicamente a estes eventos, apresentando a demissão no dia 26 de janeiro, sendo substituído por José Relvas (Allegro, 1988, pp. 165-202; Duarte, 1941, pp. 345-358; Martins, 1922, pp. 112-116, 157-260).

Pudemos constatar neste capítulo que os acontecimentos que deram início à proclamação da Monarquia do Norte remontam à dissociação entre os governos republicanos e as aspirações de vastos setores da sociedade, incluindo o povo, os oficiais do exército monárquicos e o clero. O governo de Sidónio Pais trouxe um novo rumo à

¹⁷ Aderiram a esta proclamação as povoações na região a Norte do rio Vouga, com exceção de várias povoações em Trás-os-Montes, incluindo Chaves.

¹⁸ Em oposição à República Nova de Sidónio Pais.



República, tentando mudar o rumo que estava consagrado na constituição de 1911, sendo um governo muito popular junto do povo. A inabilidade de Tamagnini Barbosa, sucessor de Sidónio Pais após o assassinato deste, em gerir as expectativas dos vários setores da sociedade, nomeadamente as correntes republicanas que queriam romper completamente com o Sidonismo e as que pretendiam manter de certa forma o rumo do anterior presidente, nos quais se incluíam os monárquicos, levou a várias confrontações com as diversas forças da oposição. Tendo em conta este clima de incerteza e conflitualidade, os oficiais monárquicos entenderam que o momento seria propício à restauração da monarquia. Liderados por Paiva Couceiro, que já por duas ocasiões tinha tentado repor a monarquia pela força das armas, proclama-se a restauração da monarquia no Norte do país, seguida pela proclamação em Lisboa, dando-se assim início aos 25 dias da Monarquia do Norte. A cronologia destes acontecimentos é detalhada no Apêndice B.

De seguida, vamos analisar a forma como as forças republicanas foram organizadas para combaterem as forças monárquicas, bem como a sua evolução ao longo da campanha.



3. Organização e evolução das forças da República

Neste capítulo, vamos analisar a forma como a República organizou as suas forças no combate à Monarquia do Norte, apreciando também o modo como essa organização evoluiu ao longo da campanha.

Em 19 de janeiro de 1919, quando se deu a proclamação da monarquia no Norte do País, a organização territorial do Exército era regulamentada pelo Decreto de 6 de junho de 1914, que mantinha a organização geral de 1911 e dividia o território continental em oito circunscrições de divisão (ver Figura 1) (Oliveira, 1995, pp. 111-118). Em relação à disposição territorial das unidades do Exército no país, podemos consultar a sua distribuição no Anexo B.

No rescaldo da proclamação, juntaram-se à causa monárquica as guarnições da 3^a e 8^a Divisões, bem como parte das guarnições da 6^a (Vila Real) e 2^a (Viseu, Lamego e Almeida) Divisões, vendo-se assim isoladas do resto do país as forças restantes da 6^a Divisão que se mantinham fiéis à República¹⁹ (Baptista, 1919; QG 2^a Divisão, 1919a, p. 2; QG 6^a Divisão, 1919). Para fazer face à situação, a República criou e organizou o Comando em Chefe das Forças em Operações²⁰ (CCFO) para comandar as operações militares contra as forças monárquicas, sendo comandado pelo General Alberto Ilharco. Como forças de combate contra os monárquicos, o Exército dispunha da 2^a e da 5^a Divisões, tendo-se transformado o Quartel-general (QG) dessas duas divisões em QG em operações. No comando da 2^a Divisão em Operações ficou o General Abel Hipólito²¹ e no comando da 5^a Divisão em Operações ficou, interinamente, o Coronel Azevedo Gomes, tendo o General Tamagnini de Abreu assumido essa função em 3 de fevereiro. No dia 9 de fevereiro, o comando dessa Divisão foi assumido pelo Coronel Domingos Peres (QG 5^a Divisão, 1919a, pp. 1, 18-19, 34-35; QG 2^a Divisão, 1919a, p. 2; QG CCFO, 1919f). Os três generais nomeados para comandar as operações asseguravam à República a sua lealdade para com o governo. O Comandante-chefe, General Ilharco, durante o braço-de-ferro que opôs o governo de Tamagnini Barbosa à Junta Militar do Norte, tinha sido nomeado para chefe da 3^a Divisão, numa tentativa de colocar um oficial de confiança do governo no Porto. Este empreendimento não se concretizou visto que a Junta impediu a sua

¹⁹ Guarnições de Chaves e Bragança.

²⁰ Este comando manter-se-ia em funções até 12 de abril de 1919 (QG CCFO, 1919e).

²¹ O General Abel Hipólito foi nomeado para assumir o lugar do General Tamagnini de Abreu na 5^a Divisão em 19 de janeiro, mas aparece logo em 20 de janeiro como Comandante da 2^a Divisão, função que iria manter ao longo das hostilidades (QG 2^a Divisão, 1919a, pp. 1-2).



tomada de posse (Allegro, 1988, pp. 89-90). Os generais Tamagnini de Abreu e Abel Hipólito distinguiram-se ao serviço da República no Teatro de Guerra europeu, Tamagnini de Abreu no comando do Corpo Expedicionário Português e Abel Hipólito como Comandante da Artilharia desse Corpo. Abel Hipólito tinha também sido considerado Herói da República pela sua ação no 5 de outubro de 1910, no comando do RA 8 (IHC, 2015; IHC, 2013). Para além destas duas divisões do Exército, o CCFO contava também com a Divisão Naval em Operações, criada a partir da Divisão Naval de Defesa e Instrução e comandada pelo Contra-Almirante Borja Araújo²² (Araújo, 1919, p. 1; Ilharco, 1919, p. 3).

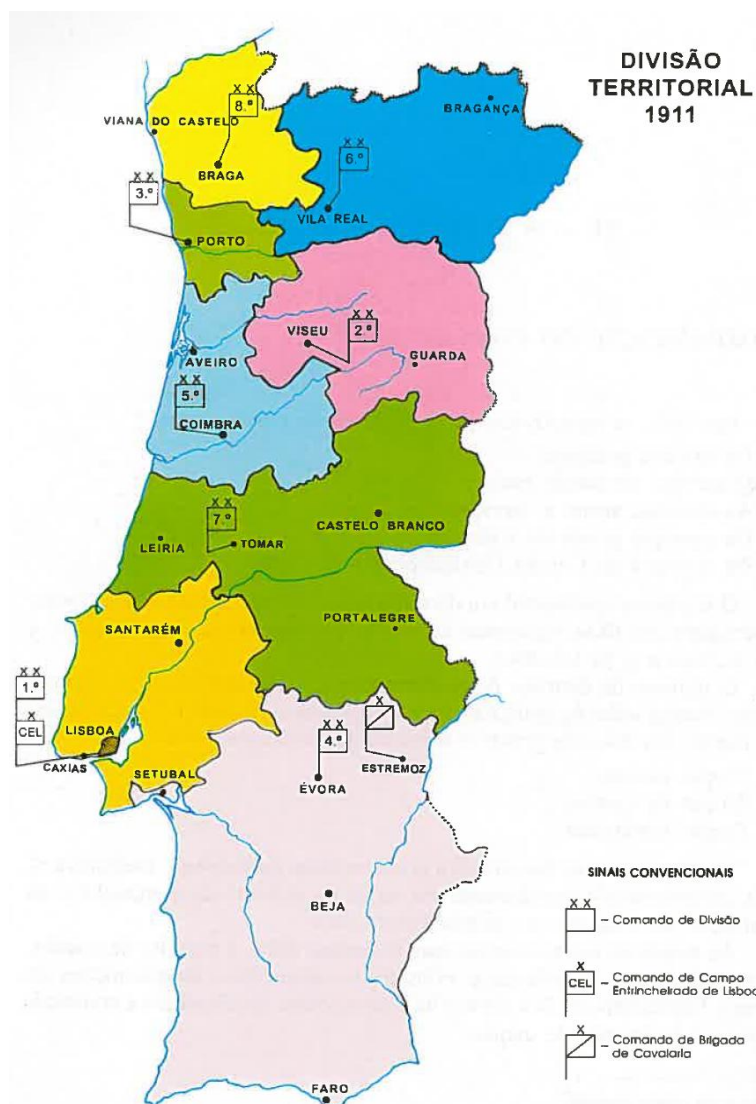


Figura 1 – Divisão territorial de 1911

Fonte: (Oliveira, 1995, p. 112)

²² Oliveira (1993, p. 255) refere-se ao Comandante da Divisão Naval como sendo o Contra-Almirante Borgia de Carvalho, mas este dado não se confirma no relatório efetuado pelo Contra-Almirante Borja Araújo (1919).



À medida que a campanha evoluiu, com o avanço das forças republicanas e o consequente recuo das monárquicas, o CCFO restabeleceu a área das Divisões que se tinham revoltado, atribuindo forças a cada uma delas (QG CCFO, 1919d; QG CCFO, 1919h). Após a conquista destas áreas, a ocupação inicialmente fez-se à custa das forças da Divisão Naval, passando de seguida a ser encargo da 5ª Divisão em Operações, convertendo-se a 5ª Divisão em 8ª Divisão. Para além desta mudança, parte das suas unidades são entregues à guarnição da 3ª Divisão para manterem a ordem na área dessa Divisão, que entretanto se tinha reorganizado com as forças locais que restauraram a República, e efetivarem o controlo republicano da região Norte (Araújo, 1919, pp. 14-16; QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 50-62).

No que respeita ao Teatro de Operações, em 31 de janeiro, a divisão entre a Zona de Guerra e a Zona do Interior era materializada pela linha geral definida por “Marvão (fronteira leste) – Portalegre – Crato – Ponte de Soure – Ulme – Almeirim – Santarém – Rio Maior – Óbidos – Peniche” (ver Apêndice C - Figura 10) (QG 5ª Divisão, 1919a, p. 13). No dia 7 de fevereiro, mercê da evolução da situação, essa divisão territorial deslocou-se para Norte, passando a ser a Zona do Interior limitada pela zona a Sul da estrada que liga Salvaterra do Extremo, Zibreira, Ladoeiro, Escalos de Baixo, Castelo Branco, Taberna Seca, Sarzedas, Monte Gordo, Sobreira, Formosa Proença-a-Nova, Sertã, Pedrogão Pequeno, Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Ancião, Pombal, Guia, Monte Redondo, exclusive; a Zona da Retaguarda era constituída pela região compreendida entre a linha definida anteriormente, inclusive, e a linha férrea que liga Figueira da Foz, Alfarelos, Coimbra, Pampilhosa, Santa Comba Dão, Mangualde, Fornos, Pinhel, Guarda e Vila Formoso, exclusive; e, finalmente, a Zona de Operações era composta pelo resto do país a Norte desta última linha, inclusive (ver Apêndice C - Figura 11) (QG CCFO, 1919g). Finalmente, no dia 17 de fevereiro, a Zona do Interior estende-se pelo Sul do país até à linha férrea que consubstanciava a anterior divisão entre a Zona da Retaguarda e a Zona de Operações; a Zona da Retaguarda é materializada pela região entre essa linha e o rio Douro, exclusive; e a Zona de Operações o território a Norte do rio Douro, inclusive (ver Apêndice C - Figura 12) (QG 5ª Divisão, 1919a, p. 56).

Quando se iniciaram os conflitos entre as forças monárquicas e republicanas, o governo da República iniciou a convocação e mobilização das suas forças, com incidência na 1ª e 4ª Divisões, chamando aos quartéis os militares que estavam de licença, bem como apelando por voluntários oriundos da sociedade civil (Allegro, 1988, p. 172; QG 2ª



Divisão, 1919a, p. 3; QG 5ª Divisão, 1919a, p. 3). Entre estes voluntários, é de realçar a formação dos chamados Batalhões Académicos. Estes eram comandados por um oficial e eram constituídos por alunos de Lisboa e Coimbra²³, tendo combatido em Lisboa (apenas o Batalhão Académico de Lisboa) e fazendo depois parte das operações contra as forças no Norte do país (ver Anexo A - Figura 4).

A Divisão Naval em Operações foi criada especificamente para esta campanha, e contava inicialmente com todos os meios disponíveis da Marinha, nomeadamente as seguintes forças: Batalhão de Marinha, cruzador auxiliar “Pedro Nunes”, cruzador “Vasco da Gama”, contratorpedeiro “Guadiana”, três navios caça-minas, dois navios canhoneiras, um navio rebocador e dois navios traineiras. O Comandante da Divisão reorganizou as suas forças em dois grupos: uma Divisão de Cruzeiro, com os cruzadores e o contratorpedeiro; e uma Esquadrilha de Vigilância, com os restantes navios. Estas forças tinham como base principal o porto de Lisboa e não sofreram alterações durante a campanha. Como a ideia de desembarque de tropas a Norte do território foi considerada não exequível, esta Divisão cedeu o seu Batalhão de Marinha à 5ª Divisão (Araújo, 1919).

A 2ª Divisão podia contar inicialmente com as forças do RI12 na Guarda e do RI34 na Guarda e Mangualde. A estes efetivos iniciais iriam ser acrescentadas as forças que se conseguissem mobilizar no Sul do país, bem como aquelas que fossem sendo organizadas na área da Divisão. Podemos observar a evolução das unidades à disposição desta Divisão na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução das unidades ao dispor da 2ª Divisão

Data	Unidades de reforço à 2ª Divisão
23 de janeiro	Uma divisão ²⁴ RA2 Secção de Artilharia de Montanha Força ²⁵ RC ²⁶ 7 (um oficial e dez praças com cavalos de requisição)
25 de janeiro	Pelotão RC3 Pelotão Escola de Equitação (EE) Companhia RI22

²³ Também foi constituído um Batalhão Académico no Porto, mas este combateu ao lado das forças monárquicas.

²⁴ As divisões de Artilharia, constituídas por duas peças de Artilharia, vão ser escritas em letra minúscula para as distinguir das circunscrições de Divisão mencionadas anteriormente, sendo estas últimas escritas com letra maiúscula.

²⁵ Para efeitos das tabelas de evolução das unidades, vamos considerar força como sendo uma unidade militar reconstituída e reorganizada a partir de um Regimento que tinha aderido anteriormente à proclamação da Monarquia, de modo a distingui-las das unidades mobilizadas em Regimentos que se mantiveram fiéis à República.

²⁶ Regimento de Cavalaria (RC).



26 de janeiro	Força RI14 (100 praças)
27 de janeiro	Força RI14 (184 praças) Força RA7 (Bateria) Grupo de Companhias ²⁷ RI21 (150 praças) Força RC7 (Pelotão)
04 de fevereiro	Bateria número (nº) 1 RA1 Esquadrão RC4 (63 cavaleiros) Destacamento RI21
06 de fevereiro	Bateria nº 2 RA1 Esquadrão RC2
07 de fevereiro	Uma divisão Artilharia 9 cm (Castelo Branco)
08 de fevereiro	Batalhão RI4
09 de fevereiro	Uma divisão RA1 (9 cm).
12 de fevereiro	Companhia Sapadores Mineiros Esquadrão RC10 Secção Artilharia de Montanha Uma divisão RA1 (9 cm)
13 de fevereiro	Batalhão RI17 Batalhão RI4
14 de fevereiro	Companhia RI4

Fonte: Adaptado de (QG 2ª Divisão, 1919a)

Tendo em conta a heterogeneidade das forças que a Divisão foi recebendo e o tempo que mediava entre as diversas chegadas, o QG desta Divisão foi reorganizando estas unidades em forças que mais facilmente permitissem alcançar os objetivos que lhe estavam acometidos. Sendo assim, no dia 27 de janeiro, foi criado um Esquadrão Misto de Cavalaria tendo por base os três Pelotões de Cavalaria que a Divisão dispunha nesse momento (RC3, RC7 e EE). No dia seguinte, com o avolumar de forças da Divisão, foi decidido agrupar as forças em três Destacamentos Mistos (DM). O DM nº 1 era constituído por um Batalhão do RI12 (400 praças) e uma Secção de Artilharia de Montanha (uma peça de 7 cm). O DM nº 2 era formado por um Batalhão do RI34 (500 praças) e uma Bateria do RA7 (quatro peças). Finalmente, o DM nº 3 tinha as forças do RI14 (500 praças), um Grupo de Companhias do RI21 e uma divisão do RA2 (duas peças). Para além destas forças, todos os DM tinham um Pelotão de Cavalaria (20 cavaleiros), provenientes do Esquadrão Misto (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 18-22).

Em 7 de fevereiro, mais uma vez devido aos reforços que a Divisão foi recebendo, o dispositivo foi reavaliado e alterado. O DM nº 1 viu o seu Batalhão crescer para as 800

²⁷ Composto por duas Companhias.



praças e ser-lhe acrescentado uma Secção de Metralhadoras, uma divisão do RA7 e um Pelotão de Cavalaria do Esquadrão Misto. O DM nº 2 perdeu o seu Pelotão de Cavalaria e o quantitativo do seu Batalhão do RI34 passou para 400 praças. O seu efetivo em Artilharia manteve-se, mas foi trocada a divisão do RA2 por uma do RA7. Quanto ao DM nº 3, passou a ser constituído apenas por uma Companhia do RI14. Foi ainda criado um novo DM, aproveitando as forças disponíveis em Castelo Branco após o incidente com a “Coluna Negra” de Teófilo Duarte²⁸, sendo constituído por um Grupo de Companhias do RI31, uma divisão de Artilharia (9 cm) e um Pelotão do RC4. Para além das forças dispostas nestes DM, estavam também colocadas unidades no setor de Pinhel, para defender as passagens do rio Douro e socorrer as forças da 6ª Divisão (QG 2ª Divisão, 1919a).

Embora não se tenham verificado mais nenhuma alteração de monta no dispositivo da 2ª Divisão, a flexibilidade deste foi uma constante, e era normal ocorrerem diariamente transferência de unidades para onde o comando da Divisão entendesse que estas seriam mais úteis (QG 2ª Divisão, 1919a).

No que toca às forças da 5ª Divisão, esta contava inicialmente com os efetivos do RI23, RI24, RI28 e RI35. Tal como a 2ª Divisão, também esta foi sendo reforçada, podendo verificar-se a evolução dos seus quantitativos na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução das unidades ao dispor da 5ª Divisão

Data	Unidades de reforço à 5ª Divisão
25 de janeiro	Companhia RI5 Companhia RI16 Grupo de Companhias RI11 (480 homens)
26 de janeiro	Esquadrão RC5 Uma divisão de Artilharia (7,5 cm)
27 de janeiro	Pelotão RC8
29 de janeiro	Batalhão RI2 (380 homens)
31 de janeiro	Batalhão RI5
01 de fevereiro	Batalhão Académico de Coimbra (80 homens) Companhia RI7 Batalhão RI17 (250 homens) Esquadrão RC5
03 de fevereiro	Batalhão de Marinha (621 praças)
11 de fevereiro	Pelotão Académico de Lisboa
13 de fevereiro	Esquadrão RC3

Fonte: Adaptado de (QG 5ª Divisão, 1919a)

²⁸ Este assunto será revisitado no capítulo seguinte.



Mais uma vez, tal como a 2ª Divisão, a 5ª Divisão reorganizou as suas unidades de modo a tornar o seu comando mais eficiente. Assim, em 6 e 7 de fevereiro, o comando da Divisão organizou as suas várias subunidades em unidades de escalão Batalhão para a Infantaria e em unidades de escalão Esquadrão para a Cavalaria. Esta organização está explanada na Tabela 3.

Tabela 3 – Reorganização de subunidades da 5ª Divisão

Unidade	Subunidades
Batalhão de Marinha	Batalhão de Marinha
Batalhão nº 1	Companhia RI5 Companhia RI16 Duas Companhias RI28
Batalhão nº 2	Companhia RI23 Companhia RI24 Companhia RI7
Batalhão nº 3	Batalhão RI2
Batalhão nº 4	Duas Companhias RI11 Companhia RI23 Companhia RI28
Batalhão nº 5	Batalhão RI5
Batalhão nº 6	Companhia RI35 Companhia RI15
Esquadrão nº 1	Esquadrão RC5 Pelotão EE
Esquadrão nº 2	Esquadrão RC5 Pelotão RC8

Fonte: Adaptado de (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 22-23)

Estas unidades, à semelhança do que aconteceu na 2ª Divisão, foram por sua vez organizadas em dois DM e uma reserva. O DM nº 1 era constituído pelo Esquadrão nº 1, pelo Batalhão nº 4 e pelo nº 6, por uma Bateria de Artilharia 7,5 cm e por uma Bateria de Artilharia 9 cm. O DM nº 2 era formado pelo Esquadrão nº 2, pelo Batalhão de Marinha, pelos Batalhões nº 1, nº 2 e nº 3, por duas Baterias de Artilharia 7,5 cm e por uma Secção de Artilharia 9 cm. Finalmente, a reserva continha o resto das subunidades da Divisão, ou seja, o Batalhão Académico de Coimbra e o Batalhão nº 5 (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 22-26).

No dia seguinte, esta composição sofreu alterações. Foi criado o Batalhão nº 7 com Companhias do RI23, sendo que uma dessas Companhias foi cedida pelo Batalhão nº 4, ficando este Batalhão integrado no DM nº 1 (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 30-31).

Em 14 de fevereiro, o dispositivo da 5ª Divisão foi novamente reajustado. Assim sendo, o DM nº 1 perdeu o Batalhão nº 4 mas ganhou os Batalhões nº 5 e nº 7, bem como o



Batalhão Académico de Coimbra e uma Secção de Artilharia 9 cm, sendo esta última proveniente do DM nº 2. A única alteração sofrida pelo DM nº 2 foi a já referida cedência da Secção de Artilharia 9 cm. Foi criado o DM nº 3, constituído pelo Batalhão nº 4, por um Pelotão do RC8 e por uma divisão 7,5 cm. A reserva era materializada pelo Batalhão nº 8²⁹, pelo Pelotão Académico de Lisboa e por uma divisão de Artilharia 7,5 cm (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 47-48).

Tal como foi referido para a 2ª Divisão, também no caso da 5ª Divisão a questão da flexibilidade do dispositivo era algo ordinário, sofrendo este vários reajustes conforme as necessidades operacionais da Divisão.

Para além das forças envolvidas nos combates, entendemos ser também relevante realçar o trabalho efetuado pelas Estações Testas de Etapas (ETE). Estas eram responsáveis pela organização e acondicionamento do transporte de carga e passageiros por meio ferroviário. Tendo em conta que a maior parte dos deslocamentos era feita por via-férrea³⁰ e que esta cobria grande parte da área em que decorreram os confrontos (ver Anexo C - Figura 8), a sua utilização era essencial para o transporte de tropas e para o reabastecimento, o que levou a que a sua contribuição para a campanha tenha sido muito importante. Estas Estações foram guarnecidas à custa do pessoal militar do Batalhão de Sapadores de Caminho-de-ferro bem como de requisição dos próprios funcionários das Companhias de caminho-de-ferro, como se pode verificar pela carta enviada ao Comandante da 2ª Divisão pelo pessoal da ETE de Sta. Comba Dão (ETE Sta. Comba Dão, 1919).

Segundo Ilharco (1919, pp. 10-13), o processo de mobilização e convocação das forças para combater contra as forças monárquicas esteve repleto de dificuldades, gerando unidades heterógenas e com fraca qualidade na sua instrução (ver Anexo A - Figura 5). Estas dificuldades explicam-se em parte pelos acontecimentos recentes que o país tinha enfrentado (revolta republicana seguida da revolta monárquica em Lisboa, bem como pela participação portuguesa na I Guerra Mundial). A falta de instrução era notória na pouca eficácia das forças republicanas, justificando o reduzido número de baixas infligidas aos adversários. Este General é também muito crítico no que toca à qualidade da maioria dos oficiais, bem como da disciplina entre os militares.

²⁹ Este Batalhão aparece listado na reserva a partir de 9 de fevereiro, no entanto não encontramos dados acerca da sua proveniência ou composição.

³⁰ Aparecem diversas vezes referidas nos Diários de Campanha as deslocações por via-férrea.



Neste capítulo, pudemos constatar que as forças republicanas em operações, no caso do Exército, organizaram-se tendo como base as circunscrições de Divisão que já existiam, ou seja, a componente fixa da organização do Exército. Esta preferência pelo *status quo* vai manter-se ao longo das operações, facto facilmente verificável visto que a configuração final das Divisões em operações vai convergir com o que existia anteriormente no momento em que as forças republicanas conseguem expulsar as forças monárquicas, recriando a 3ª e a 8ª Divisões. No entanto, esta organização teve de ser adaptada tendo em conta as guarnições que aderiram ao movimento monárquico, tendo inicialmente os Comandantes das Divisões de utilizar as forças que tinham à sua disposição. No caso da Marinha, foi criada a Divisão Naval em Operações para apoiar as forças do Exército na campanha contra as forças monárquicas, que se organizou com as forças navais disponíveis.

Para obviar este problema, recorreu-se à convocação e mobilização quer de militares licenciados, quer de antigos militares e voluntários civis. A convocação de voluntários civis é bem explícita nos Batalhões Académicos, bem como na requisição dos funcionários das estações de caminho-de-ferro, via importante para o movimento de tropas e para a manobra logística. A convocação não é liberta de problemas, como refere o General Ilharco. Os acontecimentos recentes da vida política portuguesa atrasam o processo, e as unidades que se formam são heterogéneas e não muito bem preparadas. Estas vicissitudes tiveram como resultado que as forças em operações foram sendo reforçadas por unidades *ad hoc* que lhes foram sendo enviadas por Lisboa, cabendo as Divisões organizar as forças de um modo coerente.

No entanto, e apesar dos problemas elencados, podemos concluir que a resposta da República em termos de organização e geração de forças foi a suficiente para levar de vencida um adversário com fragilidades próprias, e a mais-valia que se vislumbra no processo encontra-se relacionada com o grau de flexibilidade demonstrado pelos Comandantes militares, que, partindo de uma organização pré-implementada, souberam aproveitar os recursos à sua disposição e distribuí-los pelos sítios onde estes eram mais necessários, não se conformando à rigidez que muitas vezes caracteriza o aparelho militar. De realçar também a opção tomada pelos Comandantes das Divisões de constituir unidades de armas combinadas entre Infantaria, Cavalaria e Artilharia para combater os monárquicos.



Consideramos assim ter dado resposta à PD1 (o território foi dividido de acordo com as circunscrições de Divisão existentes, sendo criada uma Divisão Naval para apoio das operações terrestres; e as unidades eram constituídas inicialmente pelas forças disponíveis nas respetivas Divisões) e à PD2 (as forças foram sendo reforçadas com unidades *ad hoc* enviadas por Lisboa, sendo organizadas em DM para atuar no terreno).

No capítulo seguinte, vamos analisar a forma como decorreram as operações militares da República contra as forças monárquicas no Norte do País.



4. Operações militares das forças da República

Neste capítulo, vamos proceder à análise das operações militares levadas a cabo pelas forças da República contra as monárquicas.

Como mencionado no capítulo anterior, a República, no rescaldo da proclamação da Monarquia do Norte, tinha em contacto com as forças monárquicas as guarnições da 5ª Divisão, da 2ª Divisão (com exceção de Viseu, Lamego e Almeida que tinham aderido à causa monárquica) e da 6ª Divisão³¹, sendo de realçar que esta última se encontrava isolada do restante das forças republicanas dada a adesão das guarnições de Viseu, Lamego e Vila Real. A atuação da 6ª Divisão, durante a maior parte da campanha, cingir-se-á a resistir o máximo possível para dar tempo às restantes Divisões de efetuar a junção com as suas forças. Tendo em conta esta situação, o QG CCFO emana uma Diretiva a 20 de janeiro, um dia depois da proclamação monárquica, em que dá início a uma mobilização parcial das forças da 1ª e 4ª Divisões, dando ordens as 2ª, 5ª e 7ª Divisões para estabelecerem uma força de cobertura ao longo do rio Mondego para permitir essa mobilização, ficando essa força às ordens do oficial mais antigo dessas três Divisões. Dada a perda de Viseu para os monárquicos, esta Diretiva manda alterar a sede do comando da 2ª Divisão dessa cidade para a Guarda, dando também liberdade aos Comandantes para avançarem a linha de cobertura o mais para Norte possível, tomando sempre em consideração as probabilidades de sucesso dessas ações, e a não perderem de vista o objetivo principal, que era garantir a mobilização das restantes forças (Bastos, 1919). O ponto relacionado com as probabilidades de sucesso era importante nesta fase da campanha, tendo em conta a incerteza que pairava sobre as capacidades das forças em confronto, bem como sobre a disposição da população em apoiar um regime em detrimento do outro, o que implicava que “um revéz, n’ essa altura, por pequeno que fosse, seria de um pernicioso efeito moral, e poderia acarretar graves prejuízos no prosseguimento das operações” (Baptista, 1919, pp. 1-2). Em relação à Divisão Naval, inicialmente considerou-se a hipótese de efetuar desembarques em Viana do Castelo e Valença para fomentar a revolta nessas localidades contra a Monarquia e cortar desse modo a ligação com Espanha. No entanto, dificuldades técnicas para levar a cabo essa ação colocaram essa hipótese de parte, limitando-se a Divisão Naval a efetuar um bloqueio naval aos portos de Aveiro a Caminha, bem como a utilizar a sua artilharia para inutilizar as vias férreas no seu alcance, de modo a dificultar as comunicações das forças monárquicas. A primeira missão ficou principalmente a cargo da

³¹ Guarnições de Chaves e Bragança.



Esquadilha de Vigilância, enquanto a Divisão de Cruzadores se certificava que não entravam abastecimentos nos portos do Porto e de Leixões. A ação desta Divisão será contrariada pelo mau tempo que se fez sentir, bem como a diversas avarias nos seus navios. No final da campanha, o Contra-Almirante Borja Araújo vai assumir temporariamente o comando da 3ª e 8ª Divisões enquanto espera que as forças do Exército cheguem para tomar posse dessas Divisões (Ilharco, 1919, p. 5; Araújo, 1919; Baptista, 1919, p. 2). O bloqueio, apesar de parco, vai contribuir para limitar os escassos recursos no lado monárquico, que dependiam de abastecimentos provenientes de Espanha (Allegro, 1988, pp. 233-234).

Para dar cumprimento às ordens da Diretiva nº 1 do CCFO, a 2ª Divisão, no dia 21, manda instalar três postos de cobertura, para vigiar estradas e pontos de passagem no rio Mondego, e um posto avançado. Os postos de cobertura estavam situados em Celorico da Beira, Juncais e Cabra, sendo cada um destes guarnecido por um oficial e 20 praças do RI12 e por dois cavaleiros da Guarda Republicana. O posto avançado estava situado em Mangualde e era guarnecido por um oficial e 20 praças do RI12. A reserva era constituída por um Capitão e 20 praças do RI12 e estava situada em Mesquitela. O posto avançado não se efetivou por Mangualde estar ocupada pelas forças monárquicas, tendo-se travado uma escaramuça entre as duas forças, retirando as forças do governo e reforçando os postos de cobertura de Juncais e Cabra (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 3-7).

No dia 23, os monárquicos ocupam a povoação de Fornos de Algodres e começam a bombardear Juncais. A 2ª Divisão estende a sua vigilância para Este até à fronteira, ocupando Figueira de Castelo Rodrigo e Trancoso, com um oficial e 61 praças, e três subalternos e 100 praças, respetivamente. A 5ª Divisão envia uma Companhia do RI11 e um Pelotão de cavalaria sob o comando do Major Bandeira de Lima para cooperar com a 2ª Divisão na conquista de Mangualde ou Viseu. No dia 24, dá-se combate em Juncais que termina num impasse, sofrendo a 2ª Divisão as seguintes perdas: 2 feridos e 32 prisioneiros. Durante a noite, as forças monárquicas retiram em direção a Viseu, acontecendo o mesmo às que ocupavam Mangualde, acoçadas pelas forças de Bandeira de Lima (ver Apêndice D - Figura 13). As forças da 2ª Divisão ocupam as posições dos monárquicos e instalam o GQ em Mangualde. Ainda nesse dia, é restaurada a República em Viseu pelas forças republicanas na cidade, instalando-se em 26 de janeiro o QG da 2ª Divisão nessa localidade. Após estas conquistas, a 2ª Divisão reorganizou-se, estabelecendo postos de cobertura ao longo do rio Vouga, em Castro Daire (um Pelotão do



Esquadrão de Cavalaria Misto), Almargem (um oficial e 27 praças de infantaria) e S. Pedro do Sul e preparando-se para atuar sobre Lamego com três Destacamentos Mistos. Esta ação sobre Lamego foi adiada por indicação do CCFO para permitir à 5ª Divisão conduzir as suas operações, ficando em condições de apoiar o flanco esquerdo da 2ª Divisão, sendo enviado um DM pelo vale do Vouga para apoiar a 5ª Divisão em Albergaria-a-Velha. Em 31 de janeiro, as forças monárquicas abandonam Vila Nova de Foz Côa após os republicanos terem chegado a Mêda, ficando a 2ª Divisão com a seguinte distribuição: Figueira de Castelo Rodrigo (quatro oficiais e 234 praças), Pinhel (um oficial e 80 praças), Guarda (17 oficiais e 145 praças), Trancoso e Vila Franca das Naves (dez oficiais, 400 praças e uma Secção de Artilharia), Almeida (oito oficiais e 145 praças), Castro Daire (19 oficiais, 558 praças, uma Secção de Artilharia de Montanha, uma divisão de Artilharia de campanha e 20 cavaleiros), S. Pedro do Sul (16 oficiais, 564 praças e 20 cavaleiros), ficando a reserva em Viseu com 30 oficiais, 1146 praças, uma Secção de Artilharia de campanha e 20 cavaleiros (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 8-28).

Entretanto, em Lisboa, o governo de José Relvas adota uma atitude anti sidonista, permitindo que se lançassem impropérios sobre a figura de Sidónio Pais. Estas notícias chegam ao conhecimento de Teófilo Duarte, que decide revoltar-se em protesto pela forma como a memória de Sidónio Pais estava a ser tratada. Partindo com os seus homens de Castelo Branco, conquista a Covilhã e a Guarda, ameaçando a retaguarda da 2ª e da 5ª Divisões. Emissários enviados pelo governo conseguem convencer Teófilo Duarte a viajar para Lisboa a fim de negociar com o governo, onde acabaria por ser preso, terminando assim esta ameaça para as forças do governo (Allegro, 1988, pp. 223-226; Duarte, 1941, pp. 361-366; Martins, 1923, pp. 31-96). Face a esta ameaça, a 2ª Divisão, que pensava que a coluna de Teófilo Duarte fazia parte de outra sublevação monárquica, mandou preparar as forças colocadas nas imediações de Pinhel para uma possível ofensiva contra essas forças. No entanto, nenhuma ação foi iniciada pois entretanto esclareceram-se as intenções republicanas de Teófilo Duarte e este seguiu para Lisboa (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 30-33).

No setor da 5ª Divisão, os monárquicos ocupavam a linha definida por Branca – Estarreja com um efetivo aproximado de 150 cavaleiros, 1000 infantes e 12 peças de Artilharia. A 5ª Divisão estava distribuída pelos seguintes locais: Aveiro e Albergaria-a-Velha, num total de 60 cavaleiros, 1000 infantes (provenientes dos RI5, 16, 23, 24, 28 e 35) e cinco peças de Artilharia; Pampilhosa, com uma Companhia do RI23 (100 homens);



e Coimbra, com um total de 16 cavaleiros, 180 infantes (RI23 e 35) e 96 homens da Guarda Republicana (16 cavaleiros e 80 infantes). Não estão contabilizadas nestes números as forças sob o comando do Major Bandeira de Lima que, como já foi referido, foram em auxílio da 2ª Divisão (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 2-3).

No dia 25 de janeiro, as forças monárquicas atacam as unidades republicanas em Albergaria-a-Velha, que se retiram face à desproporcionalidade dos efetivos entre os dois opositores, permitindo que os monárquicos ocupem esta localidade. Face à ameaça que se constitui este avanço das forças monárquicas em direção a Águeda, que permitiria isolar as forças em Aveiro e ameaçar a conquista de Coimbra, a 5ª Divisão manda avançar as forças de Pampilhosa para Águeda e solicita o regresso da coluna do Major Bandeira de Lima (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 3-4).

Os monárquicos continuam a sua ofensiva e no dia seguinte alcançam as povoações de Angeja, em direção a Aveiro, e Mourisca do Vouga, com destino a Águeda. Consciente da importância de Águeda para a sustentação de Aveiro, a 5ª Divisão manda para Águeda a coluna do Major Bandeira de Lima, que está de regresso da 2ª Divisão, bem como um Esquadrão de Cavalaria e duas peças de Artilharia de 7,5 cm que tinha desembarcado em Coimbra para reforçar a 5ª Divisão. Em 27 de janeiro, travam-se durante todo o dia combates no Norte de Águeda, vencendo este embate as forças republicanas, infligindo perdas importantes nas fileiras monárquicas. Os monárquicos retiram durante a noite e as forças republicanas iniciam a perseguição, indo até Albergaria-a-Velha e ocupando posições defensivas nessa localidade. No dia 29 de janeiro, travam-se novamente combates em Albergaria-a-Velha e Angeja, sendo solicitada à 2ª Divisão que efetue uma demonstração ofensiva pelo vale do Vouga sobre os monárquicos em Albergaria-a-Velha. Os combates continuam no dia seguinte, obtendo os republicanos a vitória em Albergaria-a-Velha com a ajuda das forças da 2ª Divisão. Com esta vitória em Albergaria-a-Velha, as forças monárquicas em Angeja retiram durante a noite, ocupando os republicanos essa localidade durante o dia, garantindo deste modo a posse da linha Albergaria-Angeja-Cacia, criando as condições para retomar a ofensiva para Norte assim que os reforços chegarem (ver Apêndice D - Figura 14 e Figura 15) (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 6-14).

Com a linha defensiva consolidada (ver Apêndice D - Figura 16) e com reforços a serem enviados para as Divisões, o QG CCFO emite a sua Diretiva nº 2 em 1 de fevereiro. Esta Diretiva dá indicações à 2ª e 5ª Divisões, cada uma reforçada com dois Batalhões de Infantaria, duas Baterias de Artilharia e um Esquadrão de Cavalaria, para prosseguir os



combates para Norte e expulsar as forças monárquicas existentes a Sul do rio Douro. A linha que separa as zonas de ação das duas Divisões é definida por Montemuro – Caramulo, com a 2ª Divisão a Este dessa linha e a 5ª a Oeste. Uma vez garantida a posse do terreno a Sul do rio Douro, a 2ª Divisão deve efetuar uma demonstração sobre Vila Real (QG CCFO, 1919a).

O QG da 2ª Divisão, tendo recebido essa Diretiva, propõe ao QG CCFO, face à situação “embaraçosa” da 6ª Divisão, conquistar Lamego para exercer uma ação demonstrativa sobre a Régua e dificultar as comunicações dos monárquicos para Vila Real e Bragança, propondo também colocar um núcleo de forças em Moimenta da Beira para assegurar as passagens do Pinhão, bem como colocar um destacamento a controlar a linha Figueira de Castelo Rodrigo – Mêda – Penedono – Moimenta da Beira – Lamego. Estas duas ações careciam da chegada dos reforços mencionadas na Diretiva nº 2 (QG CCFO, 1919b; QG 2ª Divisão, 1919a, p. 35). Esta proposta mereceu a concordância por parte do CCFO através de um telegrama enviado em 7 de fevereiro (QG CCFO, 1919b). Em 3 de fevereiro, devido a dificuldades de comunicação entre o QG CCFO e o QG da 2ª Divisão, o chefe de estado-maior (CEM) do CCFO participa numa conferência com o Comandante e com o CEM da 2ª Divisão. Nesta conferência são fixados de modo geral as ações a empreender a *posteriori*, o que permitiu manter as ações das Divisões coerentes, mesmo com dificuldades de comunicações (Baptista, 1919, pp. 7-8). Até ao dia 7 de fevereiro, a 2ª Divisão limitou-se a reorganizar as suas forças à medida que os reforços foram chegando, não havendo menção de confrontos com exceção de um golpe de mão levado a cabo pelas forças monárquicas sobre um posto de vigilância na estrada entre Castro Daire e Lamego, resultando na captura de um sargento e duas praças das forças republicanas. Nesse dia, o QG da 2ª Divisão dá ordens para, com o DM nº 1, ocupar Lamego e colocar a sua artilharia numa posição que lhe permita dominar a Régua e o caminho-de-ferro do Douro; com o DM nº 2, constituir uma guarda do flanco esquerdo e da retaguarda do DM nº 1; com o DM nº 4, fazer uma ação demonstrativa sobre Lamego e, com as forças colocadas em Moimenta da Beira (50 praças de Infantaria e 16 cavaleiros), efetuar uma ação demonstrativa sobre Tarouca e Britiande. Em 8 de fevereiro, iniciam-se os movimentos para Lamego, tendo o DM nº 1 ocupado a posição de Bigorne, de onde expulsou 25 praças de Infantaria das forças monárquicas. Desta posição, o DM nº 1 organizou as suas forças em três colunas, avançando para Lamego, sofrendo ataques por parte de pequenas unidades monárquicas na ponte de Reconcos, tendo iniciado o bombardeamento de posições



monárquicas em Penude, na carreira de tiro, Lamelas e Arneirós. A coluna principal ficou instalada em Magueija, Magueijinha e Matança, ficando as colunas de flanco esquerdo e direito em Alto de Lobos e Gevande, respetivamente. Os combates continuaram no dia seguinte, tendo o DM nº 1 ocupado Penude e a carreira de tiro, com a sua guarda de flanco esquerdo a atuar continuamente sobre o flanco e retaguarda das forças monárquicas. O seu flanco direito apoiou o ataque principal, não conseguindo envolver o adversário devido às condições do terreno (ver Apêndice D - Figura 17). O DM nº 4 iniciou também nesse dia a marcha para apoiar a conquista de Lamego e atuar sobre Tarouca, Tabuaço e Armamar (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 36-52). Entretanto, as forças republicanas da 6ª Divisão estacionadas em Mirandela estavam a sofrer ataques por parte dos monárquicos, pelo que o Comandante dessa divisão pediu o apoio da 2ª Divisão para lidar com estes ataques, tendo em conta a situação precária em que se encontravam as suas forças (Bragança quase desguarnecida, Chaves ficaria isolada) (QG 6ª Divisão, 1919). Em 8 de fevereiro, o QG da 2ª Divisão mandou seguir uma coluna das forças do setor de Pinhel para socorrer essa Divisão, tendo o Comandante desse setor enviado 600 praças dos RI21 e 22, um Pelotão do RC4 e uma divisão de Artilharia (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 49-51).

Na frente da 5ª Divisão, as forças monárquicas, após retirarem de Albergaria-a-Velha e Angeja, entrincheiraram-se entre Salreu e Estarreja, tendo as suas forças principais em Oliveira de Azeméis. Tendo recebido a Diretiva nº 2 do CCFO em 1 de fevereiro, a 5ª Divisão, em 3 de fevereiro, divide as suas forças em dois destacamentos, sendo que o nº 1 destinava-se a operar na direção Albergaria-a-Velha – Oliveira de Azeméis e o nº 2 na direção Angeja – Estarreja – Ovar, com a reserva escalonada entre Anadia e Águeda. Nesse mesmo dia, são efetuados reconhecimentos por dois hidroaviões até ao Porto, largando proclamações e jornais, e bombardeando concentrações de forças monárquicas e estações de caminho-de-ferro entre a Granja e Espinho. Tal como a 2ª Divisão, a 5ª Divisão reorganiza as suas forças com os reforços que vai recebendo do CCFO, evitando os confrontos com os monárquicos, que se cingem a reconhecimentos e tiros de artilharia (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 15-27, 30-31). Através da sua Diretiva nº 1, a 5ª Divisão confirma os objetivos Oliveira de Azeméis e Ovar para o Destacamento nº 1 e nº 2, respetivamente, fixando o limite da zona de ação do Destacamento nº 1 entre o rio Caima e a linha definida por Sobreiro – Loureiro – Alumieira – Vide, ficando o Destacamento nº 2 com a zona entre esta linha e o mar. A 5ª Divisão pretendia, com o Destacamento nº 1, fixar as forças monárquicas em Pinheiro enquanto o Destacamento nº 2 conquistava e



repelia as forças em Estarreja. Após esta ocupação, o Destacamento nº 2 deveria prosseguir para Ovar, ameaçando envolver as forças dispostas à frente do Destacamento nº 1. O avanço do Destacamento nº 2 seria apoiado pela esquadrilha de marinha e pelos hidroaviões. A hora de início desta operação seria divulgada oportunamente (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 28-29; QG 5ª Divisão, 1919b), sendo fixada para as dez horas do dia 10 de fevereiro pela ordem nº 4 do QG da 5ª Divisão (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 32-35).

Entretanto, o QG CCFO emite nova Diretiva em 7 de fevereiro, a nº 3, dirigida essencialmente à 2ª Divisão, na qual instruiu esta a socorrer a 6ª Divisão em Mirandela, efetuar uma forte demonstração sobre a Régua após a conquista de Lamego e ocupar Vila Real para efetuar a ligação a Chaves, reiterando a necessidade de apoio mútuo entre as várias Divisões (2ª, 5ª e 7ª). Esta Diretiva, recebida pela 2ª Divisão em 9 de fevereiro, enumera também alguns reforços a serem fornecidos à 2ª Divisão (QG CCFO, 1919c; QG 2ª Divisão, 1919a, p. 50).

Durante a noite de 9 para 10 de fevereiro, os monárquicos abandonam Lamego, permitindo às forças republicanas ocupar essa localidade e consolidar posições dominantes sobre a Régua, onde se concentraram os monárquicos, começando a flagelá-los com a Artilharia. No dia 13, as forças republicanas conquistam Armamar e Tabuaço, enviando forças para fazer um reconhecimento na região de Arouca e Cinfães (ver Apêndice D - Figura 17). Durante a madrugada de dia 14, as forças monárquicas retiram da Régua na direção de Vila Real, tentando sem êxito destruir a ponte sobre o rio Douro com uma guarda de retaguarda. As forças republicanas combatem contra essa guarda e conquistam a Régua. Esta conquista materializa a posse do território a Sul do rio Douro na zona da 2ª Divisão, consolidando e guarnecendo esta as passagens sobre esse rio. Ainda no dia 10 de fevereiro, chegaram informações indicando que Mirandela e Bragança tinham caído na mão dos monárquicos. A coluna que tinha seguido para apoiar a 6ª Divisão expulsa as forças monárquicas que estavam a ocupar Vila Flôr em 11 de fevereiro, aguardando nessa localidade por reforços a fim de seguir para Mirandela, prevendo-se o reinício da sua marcha em 15 de fevereiro. Na data prevista para o reinício do movimento, as forças monárquicas abandonam Vila Real e Mirandela, ocasião que a coluna de apoio à 6ª Divisão aproveita para ocupar esta última localidade, bem como para enviar uma Companhia de Infantaria reforçada com uma divisão de Artilharia para Bragança (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 53-64).



Na zona de ação da 5ª Divisão, conforme tinha sido determinado, as forças republicanas iniciam o assalto sobre as posições monárquicas em 10 de fevereiro. No dia 11, Estarreja é conquistada pelos republicanos, resistindo as forças monárquicas em Pinheiro. Em 12 de fevereiro, perante a ameaça de envolvimento por parte das forças que tinham conquistado Estarreja, as forças monárquicas em Pinheiro retiram para Norte e republicanos continuam o seu avanço sem encontrar resistência, garantindo a posse da linha Oliveira de Azeméis – Ovar (ver Apêndice D - Figura 18) (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 36-44). Entretanto, no Porto, os republicanos que ainda existiam na cidade aproveitaram o facto dos principais Comandantes militares³² e da maior parte das guarnições fiéis à monarquia estarem fora da cidade para restaurarem a República nessa cidade (Allegro, 1988, pp. 239-245). Este acontecimento marca o fim da Monarquia do Norte, embora não dos combates entre as forças republicanas e monárquicas.

Esta informação é transmitida ao QG da 5ª Divisão, que consolida as suas posições na linha conquistada, enviando forças de reconhecimento para esclarecer a situação. Estas forças obrigam em 13 de fevereiro a guarda de retaguarda das forças monárquicas a render-se. Com a confirmação da restauração da República no Porto, as forças da 5ª Divisão iniciam movimentos para essa cidade (QG 5ª Divisão, 1919b, pp. 45-50).

Em 14 de fevereiro, o QG CCFO emite a sua Diretiva nº 4, na qual reconhece a restauração da República no Porto e os ganhos territoriais da 2ª e 5ª Divisões (ver Apêndice D - Figura 19). À 2ª Divisão, é ordenado que assegure a posse das passagens sobre o Douro desde Cinfães até Barca d'Alva e que lance um destacamento para Vila Real para, em cooperação com o destacamento que tinha sido enviado para Mirandela e com as forças da 6ª Divisão, garantir a posse da região a Este da linha do Corgo. Estes destacamentos deveriam manter-se às ordens da 6ª Divisão quando estabelecessem contacto com esta. À 5ª Divisão, o QG CCFO ordena que prossiga a marcha para Vila Nova de Gaia e, oportunamente, para o Porto, ocupando os pontos de apoio entre Castelo de Paiva – Santo Ovídio (Gaia), bem como efetuar um reconhecimento sobre Marco de Canavezes e Penafiel (QG CCFO, 1919d).

A 2ª Divisão recebe esta Diretiva no dia 15 de fevereiro, procedendo de acordo com o estipulado na mesma, passando as forças enviadas para Mirandela e Vila Real a estarem sob o comando da 6ª Divisão e consolidando as suas posições ao longo do Douro. O último

³² Paiva Couceiro encontrava-se com as forças que se opunham à 5ª Divisão a Sul do Porto e Sollari Allegro estava ainda em Espanha após ter tentado, sem sucesso, falar com Teófilo Duarte antes de este seguir para Lisboa (Allegro, 1988, pp. 227-229, 239).



foco da resistência dos Monárquicos é Bragança, local para o qual a 6ª Divisão faz convergir as forças que tem ao seu dispor. No dia 20 de fevereiro, as forças monárquicas abandonam Bragança em direção à fronteira com Espanha. A coluna da 2ª Divisão sob as ordens da 6ª Divisão entra nessa cidade, enviando, sem êxito, pequenas colunas em perseguição dos monárquicos. Com o país liberto de forças monárquicas, esta Divisão encerra as suas atividades como QG em operações no dia 21 de fevereiro (ver Apêndice D - Figura 20) (QG 2ª Divisão, 1919a, pp. 63-72).

Entretanto, no dia 16 de fevereiro, a 5ª Divisão declara a região do Porto e do Minho liberta de forças monárquicas, entrando no Porto e enviando forças para ocupar Penafiel. Esta Divisão, agora com a designação de 8ª Divisão³³, muda o seu esforço, por indicação do CCFO, para a manutenção da ordem e salvaguarda de vidas e propriedades. Tal como a 2ª Divisão, o QG da 5ª Divisão em Operações encerra o seu serviço em 21 de fevereiro (QG 5ª Divisão, 1919a, pp. 50-63).

Neste capítulo, pudemos constatar o modo como a República conduziu as suas operações militares contra as forças da Monarquia do Norte. De acordo com as ações desenvolvidas pelas forças da República, concluímos que se podem dividir as operações militares em três fases, que iremos apelidar de contenção, ofensiva e consolidação.

A fase de contenção começa com a proclamação da Monarquia do Norte e termina sensivelmente em 31 de janeiro. Nesta fase, o objetivo era estabelecer uma força de cobertura ao longo do rio Mondego com efetivos da 2ª e 5ª Divisões, impedindo o avanço das forças monárquicas para Sul e permitindo à República mobilizar forças na região da 1ª e 4ª Divisões, de modo a reforçar essas duas Divisões. O objetivo da Divisão Naval era estabelecer um bloqueio aos portos a Norte de Aveiro e apoiar as operações terrestres. Estas missões da Divisão Naval mantiveram-se ao longo da campanha. No setor da 2ª Divisão, esta consegue garantir a força de cobertura ao longo do Vouga e do Douro sem grandes sobressaltos, enquanto a 5ª Divisão tem inicialmente problemas em sustentar a ofensiva monárquica, que chega a ameaçar Águeda, mas consegue recuperar e ocupar posições ao longo do Vouga. Esta fase é marcada também por acontecimentos que, embora não tendo ligação direta com os combates entre as duas Divisões e os monárquicos, dificultam e atrasam a sua tarefa. Neste âmbito, destacamos a revolta monárquica em Lisboa, que atrasa a chegada de reforços às Divisões, e a revolta de Teófilo Duarte, que ameaça a retaguarda das Divisões e divide o seu foco durante uns dias.

³³ Ver capítulo anterior.



A fase da ofensiva, que se inicia com o término da primeira fase e encerra com a restauração da República no Porto e o fim da Monarquia do Norte em 13 de fevereiro, é caracterizada pela ofensiva das forças republicanas para Norte, recuperada que foi a iniciativa e reforçadas com efetivos entretanto mobilizados. O objetivo desta fase era, numa primeira etapa, expulsar as forças monárquicas existentes a Sul do Douro e, numa segunda etapa, libertar Trás-os-Montes da influência monárquica, preparando o terreno para a conquista do Porto, onde provavelmente a Monarquia concentraria os seus esforços de defesa. As operações correram de feição para as forças da República que conseguiram romper as linhas monárquicas e repeli-las para o Douro. Tal como na fase anterior, também um acontecimento externo teve influência no desenrolar das operações, sendo neste caso a restauração da República no Porto, que tornou inconsequente a possível defesa do Porto por parte dos monárquicos.

A fase da consolidação inicia-se com a restauração da República no Porto e termina com a saída das últimas forças monárquicas do país, em 20 de fevereiro. O objetivo desta fase foi expulsar ou capturar as forças monárquicas que se encontravam em Portugal. A perda do Porto, aliada ao avanço determinado das forças da República e à fraca disposição de recursos no lado monárquico, desmoralizaram estas forças que perceberam que a vitória já não era possível, restando-lhes a rendição ou o exílio. As forças do governo, com a vitória certa, começaram a preparar o pós-guerra, eliminando possíveis focos de resistência e procurando manter a ordem pública.

De realçar também nas operações militares da República a preocupação com o apoio mútuo entre as várias Divisões. Esta preocupação está espelhada em todas as Diretivas do QG CCFO, que reitera em todas elas a necessidade de apoio entre as Divisões, assim como nas ações militares das Divisões, das quais os exemplos mais explícitos são, na fase da contenção, o apoio da coluna do Major Bandeira de Lima (5ª Divisão) à conquista de Mangualde (objetivo da 2ª Divisão), bem como o ataque pelo vale do Vouga em direção ao flanco das forças monárquicas em Albergaria-a-Velha (objetivo da 5ª Divisão) levado a cabo por um DM da 2ª Divisão.

Consideramos assim respondida a PD3 (as operações decorreram em três fases, que apelidamos de contenção, ofensiva e consolidação; e tendo as várias Divisões em operações primado pelo apoio mútuo entre elas).

De seguida, iremos apresentar as conclusões que derivaram do nosso trabalho de investigação sobre o tema em análise.



Conclusões

Nesta investigação propusemo-nos a estudar a reação militar da I República contra a Monarquia do Norte. Concluímos que as forças da República foram baseadas inicialmente na componente fixa já implementada no território e socorrendo-se dos efetivos aí existentes, sendo reforçadas por unidades *ad hoc* que o governo republicano foi gerando. Determinamos ainda que as operações militares foram levadas a cabo em três fases, havendo sempre preocupação com o apoio mútuo entre as diversas forças em operações.

Para a elaboração deste trabalho, baseámos o nosso estudo no método indutivo, através da recolha de dados nas fontes por nós identificadas. Recorremos a uma estratégia de investigação qualitativa, utilizando o desenho de pesquisa ou *research design* da pesquisa histórica. O nosso estudo foi dividido em três fases de investigação: a exploratória, a analítica e a conclusiva. Na fase exploratória, procedemos à definição do problema, socorrendo-nos da heurística para selecionar e analisar fontes e livros referentes ao tema em estudo. A heurística prolongou-se pela segunda fase, a analítica, na qual procedemos também à análise dos dados recolhidos durante a investigação, resultando de igual modo desta análise a crítica às fontes por nós consultadas. Por fim, na fase conclusiva, sintetizámos os elementos colhidos ao longo do nosso estudo, redigindo este trabalho de investigação onde se apresentam as conclusões retiradas deste percurso.

Para o nosso estudo, formulámos como OG para esta investigação “Sintetizar a reação militar da República contra a Monarquia do Norte”, que deu origem à seguinte PP: “De que forma reagiu militarmente a República perante a Monarquia do Norte?”. Deste OG, derivámos três OE que permitiram sistematizar e simplificar o nosso estudo. O OE1 foi definido como “Analisar a constituição das unidades militares empregues pela República”, do qual se derivou a PD1 elencada do seguinte modo: “Como eram constituídas as unidades militares empregues pela República contra a Monarquia do Norte?”. Como resposta a esta PD e respetivo OE, pudemos constatar no capítulo 3 que as forças da República organizaram-se com base no que já existia no território em conflito. Foram criados no Exército a 2ª Divisão e a 5ª Divisão em Operações a partir da componente fixa dessas mesmas forças, tendo a Marinha sofrido o mesmo processo com a criação da Divisão Naval em Operações para apoiar as forças terrestres. Estas forças tiveram inicialmente de ser constituídas à custa das unidades existentes nas áreas das Divisões (no caso da Divisão Naval correspondia às forças disponíveis na Marinha) tendo em conta a dificuldade inicial por parte da República em reforçar estas unidades, mercê



dos vários acontecimentos que estavam a decorrer na capital e os quais foram aludidos anteriormente. De realçar que esta tendência para manter as forças em operações com base na estrutura territorial implementada verificou-se ao longo da campanha, como se pode constatar pelo facto de se recriarem a 3ª e 8ª Divisões quando a sua área geográfica de implementação foi restaurada.

O segundo OE foi formulado como sendo “Analisar a evolução das unidades militares empregues pela República durante as operações”, a partir do qual se construiu a PD2 com a seguinte redação: “Como evoluíram os efetivos e a composição das unidades militares empregues pela República contra a Monarquia do Norte?”. A fim de elucidar sobre este OE e esta PD, verificámos no capítulo 3, que o governo da República iniciou imediatamente os esforços de convocação e mobilização, chamando de volta aos quartéis os militares em licença e apelando à população civil para se voluntariar para combater contra a Monarquia. Este processo não é liberto de problemas, sofrendo atrasos e criando unidades heterogéneas que foram sendo enviadas para reforçar as Divisões a medida que estavam prontas a marchar. As Divisões foram reorganizando as suas subunidades à medida que estas iam chegando, optando ambos os Comandantes por criar Destacamentos de armas combinadas, em que agruparam unidades de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

Finalmente, o terceiro OE foi enunciado como sendo “Sintetizar as operações militares realizadas pelas unidades militares empregues pela República”, derivando deste a PD3 que teve a seguinte elaboração: “Como decorreram as operações das unidades militares empregues pela República contra a Monarquia do Norte?”. Em relação a este OE e esta PD, concluímos no capítulo 4 que as operações contra a Monarquia do Norte ocorreram em três fases que apelidamos de contenção, ofensiva e consolidação. Na primeira fase, as forças da 2ª e 5ª Divisões estabeleceram uma força de cobertura ao longo do rio Vouga e do rio Douro enquanto a Divisão Naval estabelece um bloqueio aos portos a Norte de Aveiro, apoiando as operações terrestres com artilharia naval sempre que possível. De destacar também nesta fase os eventos externos às operações de combate que tiveram influência nestas, como a revolta monárquica em Lisboa que atrasou a mobilização dos reforços e a intervenção da “Coluna Negra” de Teófilo Duarte, que ameaçou a retaguarda das duas Divisões num momento crítico da sua atuação. Na segunda fase, com as Divisões terrestres a receberem reforços por parte do governo, iniciam-se as investidas para Norte, a fim de, inicialmente, expulsar as forças monárquicas do território a Sul do Douro, e, posteriormente, libertar toda a região de Trás-os-Montes, permitindo assim



concentrar esforços na conquista do Porto, onde se esperava que os monárquicos montassem uma defesa aguerrida. As operações correm de feição para as forças republicanas mas, mais uma vez, um evento externo vem influenciar o decorrer das operações, neste caso a restauração da República no Porto, que torna inconsequente o cenário da defesa dos monárquicos nessa cidade. Finalmente, na terceira fase, a tónica das operações das forças republicanas foi colocada na perseguição e captura das unidades monárquicas que ainda se encontravam em território português, já desmoralizadas e em fuga. Ainda nesta fase, foi também colocada ênfase na manutenção da ordem pública como preparação do pós-conflito. Outra conclusão a retirar da condução das operações por parte das forças republicanas, prende-se com a preocupação de apoio mútuo que existiu entre as várias Divisões, com vários episódios de intervenção de forças de uma Divisão na área da outra em apoio desta última.

Este conjunto de respostas aos vários OE e consequentes PD permite criar uma resposta ao OG formulado inicialmente bem como à respetiva PP. Esta resposta não é mais que a conjugação das respostas parciais acima elencadas, e podemos afirmar que a República reagiu militarmente contra a Monarquia do Norte criando forças em operações à custa da componente fixa já implementada no território, ou seja, no Exército, recorreu às circunscrições de Divisão existentes, criando a 2ª e 5ª Divisões em Operações, enquanto na Marinha criou a Divisão Naval em Operações também a partir da componente fixa desse ramo. As forças iniciais afetas a essas Divisões foram as existentes nas áreas envolvidas no conflito, sendo essas reforçadas com unidades mobilizadas *ad hoc* a partir de militares licenciados e voluntários civis. Com a chegada destes reforços, as Divisões reorganizaram as suas forças em Destacamentos de armas combinadas para prosseguir as operações, realçando-se a constante preocupação quanto ao apoio mútuo entre as forças das várias Divisões. Estas operações decorreram em três fases, desenrolando-se numa lógica de contenção inicial do avanço das forças monárquicas para Sul (primeira fase ou contenção), seguida de uma repulsão dessas forças para Norte do rio Douro (segunda fase ou ofensiva) e finalizando com a sua expulsão total do território nacional (terceira fase ou consolidação), embora neste último ponto essas forças estivessem já desmoralizadas pela perda do Porto e pela falta de abastecimentos.

Como foi referido na revisão da literatura, embora a matéria da I República e da I Guerra Mundial sejam tópicos bastante abordados, o episódio da Monarquia do Norte dentro desse período ainda se mantém relativamente pouco tratado. Também se verifica



que, mesmo nos autores que abordam este período, o seu foco centra-se nas relações políticas dos vários atores envolvidos neste evento, porquanto representam algumas das figuras ímpares dessa história numa época conhecida pelas relações políticas conturbadas entre as várias personalidades dessa era. A parte militar da Monarquia do Norte retinha alguma falta de tratamento, permitindo a este trabalho trazer à luz uma série de dados que se encontram dispersos por um apreciável *corpus documental*. Permitiu também tirar ilações mais aprofundadas sobre a forma como a República reagiu, no campo militar, contra aquela que foi a última tentativa de restauração da Monarquia pela força das armas.

Concluindo o nosso trabalho, entendemos que algumas limitações fizeram com que nem toda a informação pudesse ser apreendida e vertida em conhecimento. A primeira limitação prende-se com a inexperiência do autor quando confrontado com a imensa quantidade de dados disponíveis sobre esta matéria (uma Secção inteira da primeira Divisão do Arquivo Histórico Militar, mais fontes avulsas nesse arquivo e noutros). A própria quantidade de dados associados ao tempo, sempre limitado, constitui-se como outra limitação. Finalmente, o facto de se ter optado por analisar apenas a parte republicana, por conveniência de tempo e espaço, enforma-se noutra limitação. Para propostas de futuras investigações, a primeira deriva da última limitação elencada. Assim como este trabalho analisou o ponto de vista republicano, pensamos que seria interessante estudar o ponto de vista das forças monárquicas. Outro possível assunto de estudo prende-se com o âmbito da investigação. Este trabalho teve como ponto de partida a averiguação da campanha da Monarquia do Norte como um todo, trazendo à superfície dados interessantes sobre a organização e condução da campanha. No entanto, consideramos que seria interessante particularizar mais os dados analisados para, partindo dos dados do trabalho geral, aprofundar a ação de cada entidade participante, se não individualmente pelo menos por áreas de Divisões.



Fontes Arquivísticas

- Araújo, A. T. B., 1919. *Relatório do Comandante da Divisão Naval de Operações*. [Datilografado] Documentação Avulsa, Forças Navais, Divisão Naval de Defesa e Instrução, Caixa 1378-12. Lisboa: Arquivo Histórico da Marinha.
- Baptista, R. d. C., 1919. *Relatório do Chefe de Estado Maior*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 3, Documento 6. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Bastos, J., 1919. *Directivas enviadas aos comandos das Divisões em 20 de janeiro de 1919*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- ETE Sta. Comba Dão, 1919. *Carta dos funcionários da ETE de Sta. Comba Dão ao Comandante da 2ª Divisão de 13 de fevereiro de 1919*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 43, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Ilharco, A., 1919. *Relatório do Comando em Chefe das forças em operações no Norte*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 36, Caixa 13, Documento 7. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 2ª Divisão, 1919a. *Diário de Campanha*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 3. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 2ª Divisão, 1919b. *Situação diária das forças desta Divisão durante as operações contra os revoltosos no Norte*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 5ª Divisão, 1919a. *Diário de Campanha*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 2. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 5ª Divisão, 1919b. *Directiva nº 1*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG 6ª Divisão, 1919. *Nota 6ª Divisão para o QG CCFO*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919a. *Directiva nº 2 de 1 de fevereiro de 1919*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919b. *Cópia feita pela 3ª Repartição do QG CCFO do telegrama nº 150 enviado pela 2ª Divisão em 3 de fevereiro de 1919 pelas 23h00*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- QG CCFO, 1919c. *Directiva nº 3 de 7 de fevereiro de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.



QG CCFO, 1919d. *Directiva n.º 4 de 14 de fevereiro de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

QG CCFO, 1919e. *Instrução n.º 21 de 9 de abril de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 3, Documento 5. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

QG CCFO, 1919f. *Ordem de Batalha referida a 10 de fevereiro de 1919*. [Manuscrito] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 3, Documento 1. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

QG CCFO, 1919g. *Instruções n.º 6 de 7 de fevereiro de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 3, Documento 5. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.

QG CCFO, 1919h. *Directiva n.º 5 de 16 de fevereiro de 1919*. [Datilografado] 1ª Divisão, Secção 37, Caixa 1, Documento 8. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.



Fontes Impressas

- A Capital, 1919a. *A victoria é certa*. [Em linha] Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1919/Janeiro/Janeiro_master/ACapitalN2989aN3420.pdf [Acedido em 10 junho 1916].
- A Capital, 1919b. *A paz em Santarém*. [Em linha] Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/1919/Janeiro/Janeiro_master/ACapitalN2989aN3420.pdf [Acedido em 23 maio 2016].
- Biblioteca Nacional de Portugal, 2016. *Mappa dos caminhos de ferro portuguezes em 1 de Janeiro de 1895 no Continente e no Ultramar*. [Em linha] Disponível em: <http://purl.pt/3367> [Acedido em 8 junho 2016].
- Duarte, T., 1941. *Sidónio Pais e o seu consulado*. Lisboa: Livraria Portugália.
- Ilustração Portuguesa, 1918a. *A visita presidencial*. [Em linha] Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1918/N623/N623_master/N623.pdf [Acedido em 23 maio 1916].
- Ilustração Portuguesa, 1918b. *O funeral do Sr. Dr. Sidónio Pais*. [Em linha] Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1918/N671/N671_master/N671.pdf [Acedido em 23 maio 1916].
- Ilustração Portuguesa, 1919. *A revolução monárquica*. [Em linha] Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1919/N676/N676_master/N676.pdf [Acedido em 14 novembro 1915].
- Martins, R., 1922. *A Monarquia do Norte, Vol. I*. Lisboa: Oficinas Gráficas do ABC.
- Martins, R., 1923. *A Monarquia do Norte, Vol. II*. Lisboa: Oficinas Gráficas do ABC.



Referências Bibliográficas

- Allegro, J. L. S., 1988. *Para a história da monarquia do norte*. Amadora: Bertrand.
- Ferreira, J. M., 2004a. As Forças Armadas e a República: antes, durante e depois da Primeira Guerra Mundial. In: M. T. Barata e N. S. Teixeira, eds. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 267-276.
- Ferreira, J. M., 2004b. O Sidonismo e os Militares. In: M. T. Barata e N. S. Teixeira, eds. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 277-286.
- Google, 2016. *Portugal – Google Maps*. [Em linha] Disponível em: <https://www.google.pt/maps/place/Portugal> [Acedido em 11 junho 2016].
- Governo da República Portuguesa, 2015. *Chefes do governo desde 1821*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/chefes-de-governo/chefes-de-estado.aspx> [Acedido em 14 dezembro 2015].
- IHC, 2013. *Hipólito, Abel*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal1914.org/portal/pt/historia/biografias/item/2682-hipolito-abel> [Acedido em 11 junho 2016].
- IHC, 2015. *Tamagnini de Abreu e Silva, Fernando (1856 - 1924)*. [Em linha] Disponível em: <http://www.portugal1914.org/portal/pt/escolas-protagonistas/item/7510-tamagnini-de-abreu-e-silva-fernando> [Acedido em 11 junho 2016].
- MDN, 2015. *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar* (Decreto-lei 249/2015 de 28 de outubro). Lisboa: Diário da República.
- Oliveira, A. N. R. d., 1993. *História do Exército Português (1910-1945): Volume II*. Lisboa: EME.
- Oliveira, A. N. R. d., 1995. *História do Exército Português (1910-1945): Volume IV*. Lisboa: EME.
- Pinto, J. N., 2010. *Nobre povo: Os anos da república*. 2ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Santos, L. A. N. d. e Lima, J. M. M. d. V. eds., 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: IUM.
- Serrão, J. V., 1989. *História de Portugal: Volume XI A Primeira República (1910-1926) História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*. Lisboa: Verbo.
- Silva, A. M. d., 2006. *Sidónio e Sidonismo - Vol. 2 - História de um Caso Político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.



Telo, A. J., 1980. *Decadência e queda da I República Portuguesa: 1º Volume*. Lisboa: A Regra do Jogo.



Anexo A — Fotografias ilustrativas da época da Monarquia do Norte



Figura 2 – Multidão à espera de Sidónio Pais no Largo do Pelourinho, Porto

Fonte: (Ilustração Portuguesa, 1918a, p. 61)



Figura 3 – A população aguarda que a urna de Sidónio Pais seja colocada sobre o armão

Fonte: (Ilustração Portuguesa, 1918b, p. 523)



Figura 4 – Batalhão Académico no Quartel das Janelas Verdes, Lisboa

Fonte: (Ilustração Portuguesa, 1919, p. 87)

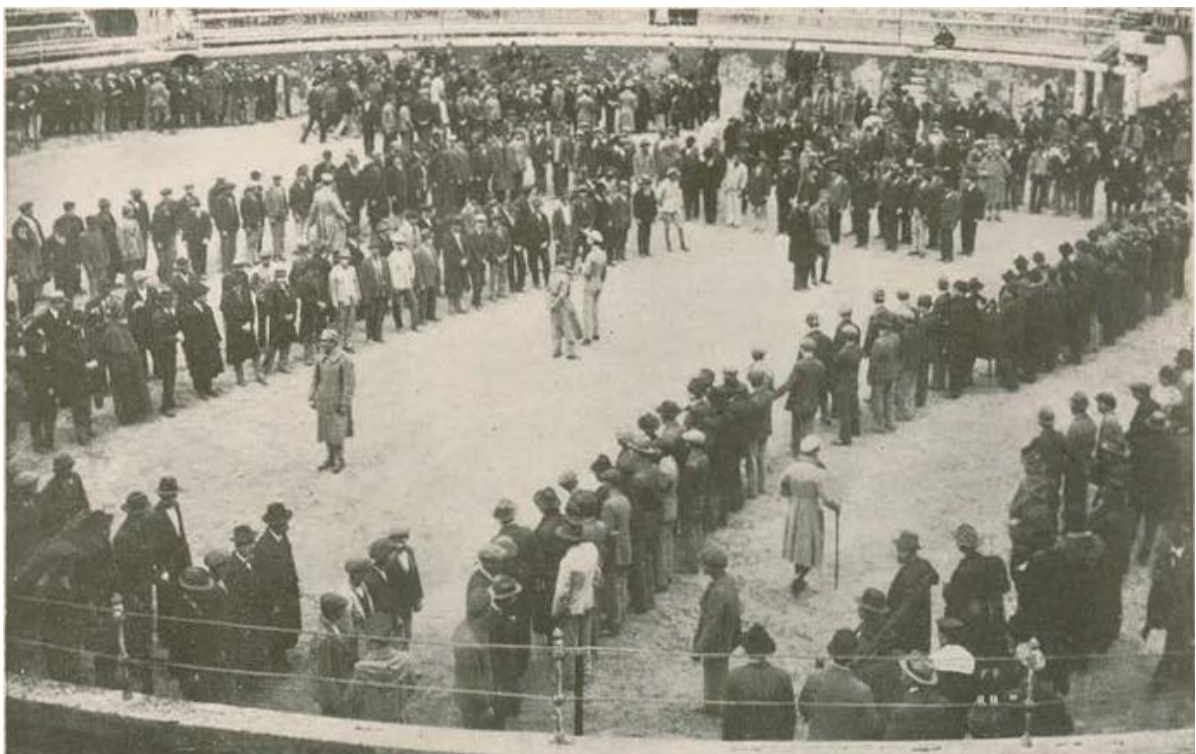
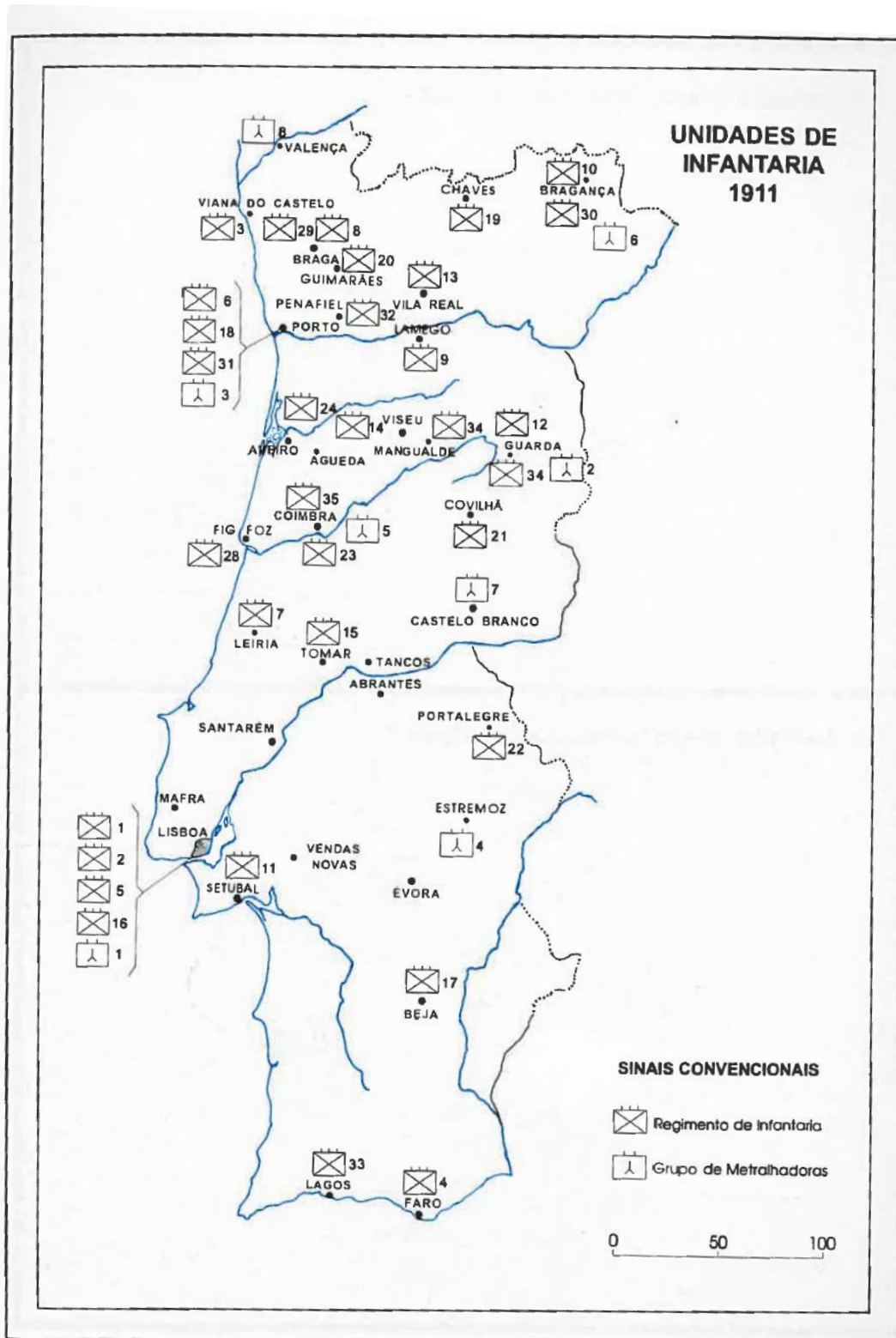


Figura 5 – Treino de voluntários no Campo Pequeno.

Fonte: (Ilustração Portuguesa, 1919, p. 95)



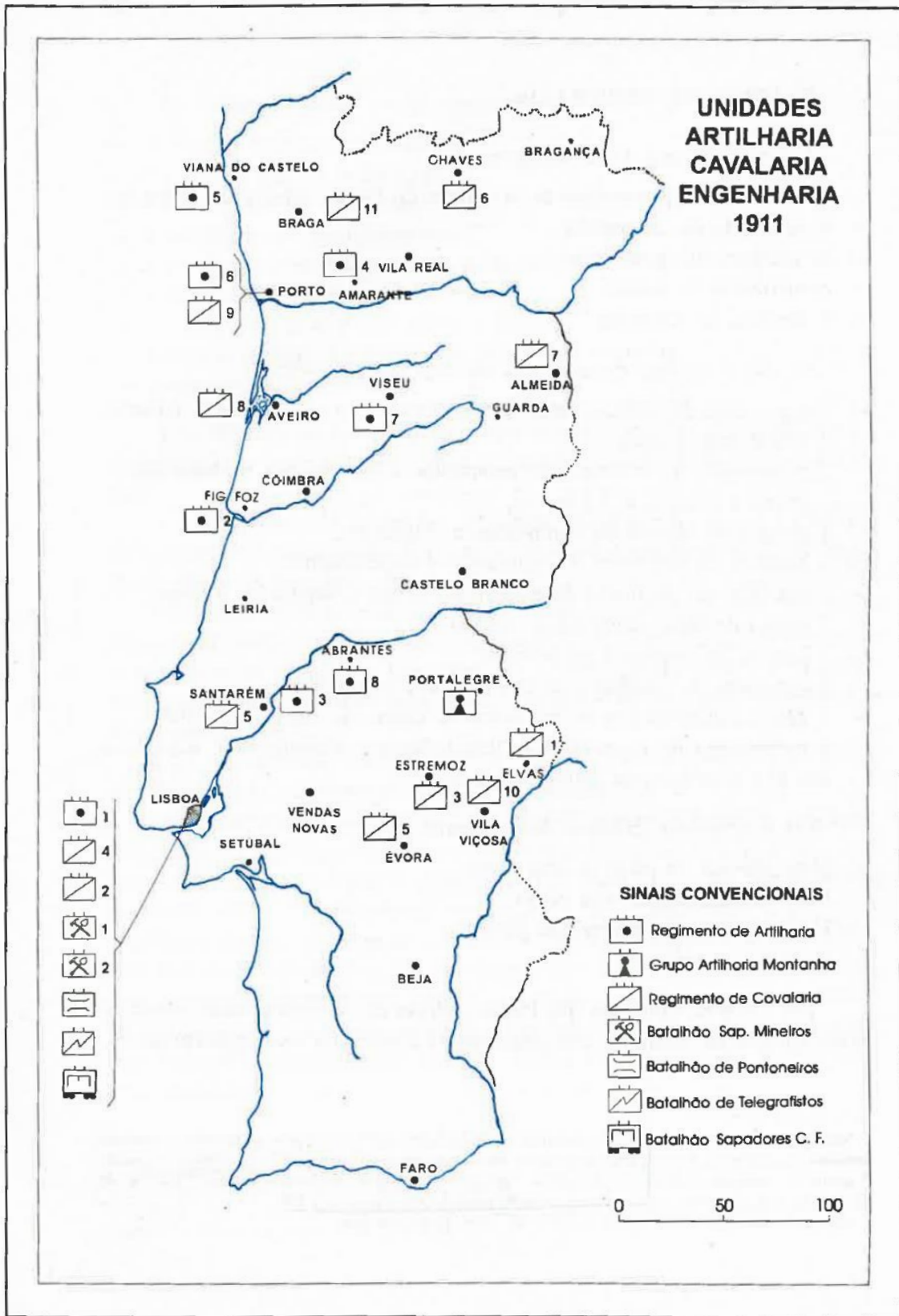
Anexo B — Distribuição territorial das unidades do Exército em 1911



Dec. de 25 de Maio de 1911
Dec. de 8 de Junho de 1911
Dec. de 26 de Junho de 1911

Figura 6 – Unidades de Infantaria em 1911

Fonte: (Oliveira, 1995, p. 197)



Dec. de 8 de Junho de 1911
Dec. de 26 de Junho de 1911

Figura 7 – Unidades de Artilharia, Cavalaria e Engenharia em 1911

Fonte: (Oliveira, 1995, p. 206)



Apêndice A — Esquema relacional metodológico

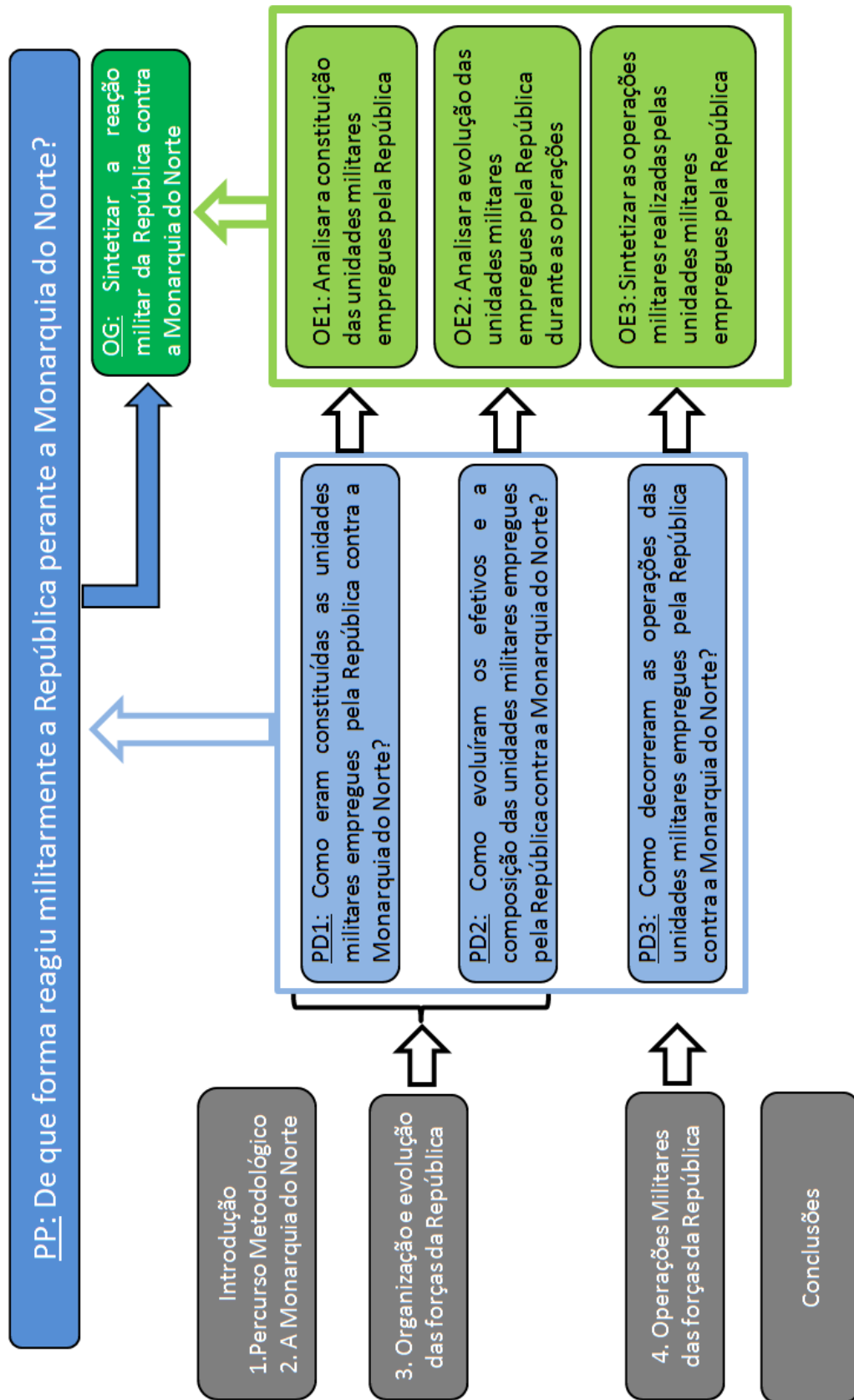


Figura 9 – Esquema relacional metodológico

Fonte: Elaborado pelo Autor



Apêndice B — Cronologia

1918

- 14 de dezembro** Assassinato de Sidónio Pais
23 de dezembro Pronunciamento das Juntas Militares contra o governo de Tamagnini Barbosa

1919

- 07 de janeiro** Remodelação Ministerial por pressão das Juntas Militares
10 de janeiro Revolta republicana em Alcobaça, Almeirim, Caldas da Rainha, Carregado, Cartaxo, Covilhã, Entroncamento, Lisboa e Santarém
11 de janeiro Revoltosos derrotados em Lisboa
13 de janeiro Revoltosos derrotados em Almeirim, Carregado, Cartaxo, Covilhã e Entroncamento
14 de janeiro Revoltosos derrotados em Alcobaça e Caldas da Rainha
15 de janeiro Revoltosos rendem-se em Santarém
16 de janeiro Forças do governo entram em Santarém
19 de janeiro Proclamação monárquica no Norte do país
21 de janeiro Início das operações militares das forças republicanas, Escaramuça em Mangualde
23 de janeiro Proclamação monárquica em Lisboa
24 de janeiro Monárquicos rendem-se em Lisboa, Republicanos ocupam Mangualde, Combate em Juncais, Restauração da República em Viseu
25 de janeiro Monárquicos conquistam Albergaria-a-Velha
26 de janeiro Demissão de Tamagnini Barbosa, José Relvas constitui novo governo, Monárquicos ocupam Angeja e Mourisca do Vouga
27 de janeiro Combate em Águeda, monárquicos retiram
29 de janeiro Início dos combates em Albergaria-a-Velha e Angeja
30 de janeiro Republicanos conquistam Albergaria-a-Velha, Monárquicos retiram de Angeja
31 de janeiro Monárquicos abandonam Vila Nova de Foz Côa, Republicanos ocupam Angeja
01 de fevereiro “Coluna Negra” de Teófilo Duarte
08 de fevereiro Início do combate em Lamego
10 de fevereiro Republicanos ocupam Lamego
11 de fevereiro Republicanos conquistam Estarreja
12 de fevereiro Republicanos ocupam Ovar e Oliveira de Azeméis
13 de fevereiro Restauração da República no Porto, Republicanos conquistam Armamar e Tabuaço
14 de fevereiro Republicanos conquistam Régua, Monárquicos ocupam Bragança
15 de fevereiro Republicanos ocupam Mirandela
20 de fevereiro Republicanos ocupam Bragança, Monárquicos cruzam a fronteira para Espanha
21 de fevereiro Fim das operações militares das forças republicanas



Apêndice C — Evolução do Teatro de Operações



Figura 10 – Teatro de Operações em 31 de janeiro

Fonte: Adaptado de (QG 5ª Divisão, 1919a, p. 13)



Figura 11 – Teatro de Operações em 7 de fevereiro

Fonte: Adaptado de (QG CCFO, 1919g)



Figura 12 – Teatro de Operações em 17 de fevereiro

Fonte: Adaptado de (QG 5ª Divisão, 1919a, p. 56)



Apêndice D — Mapas de situação

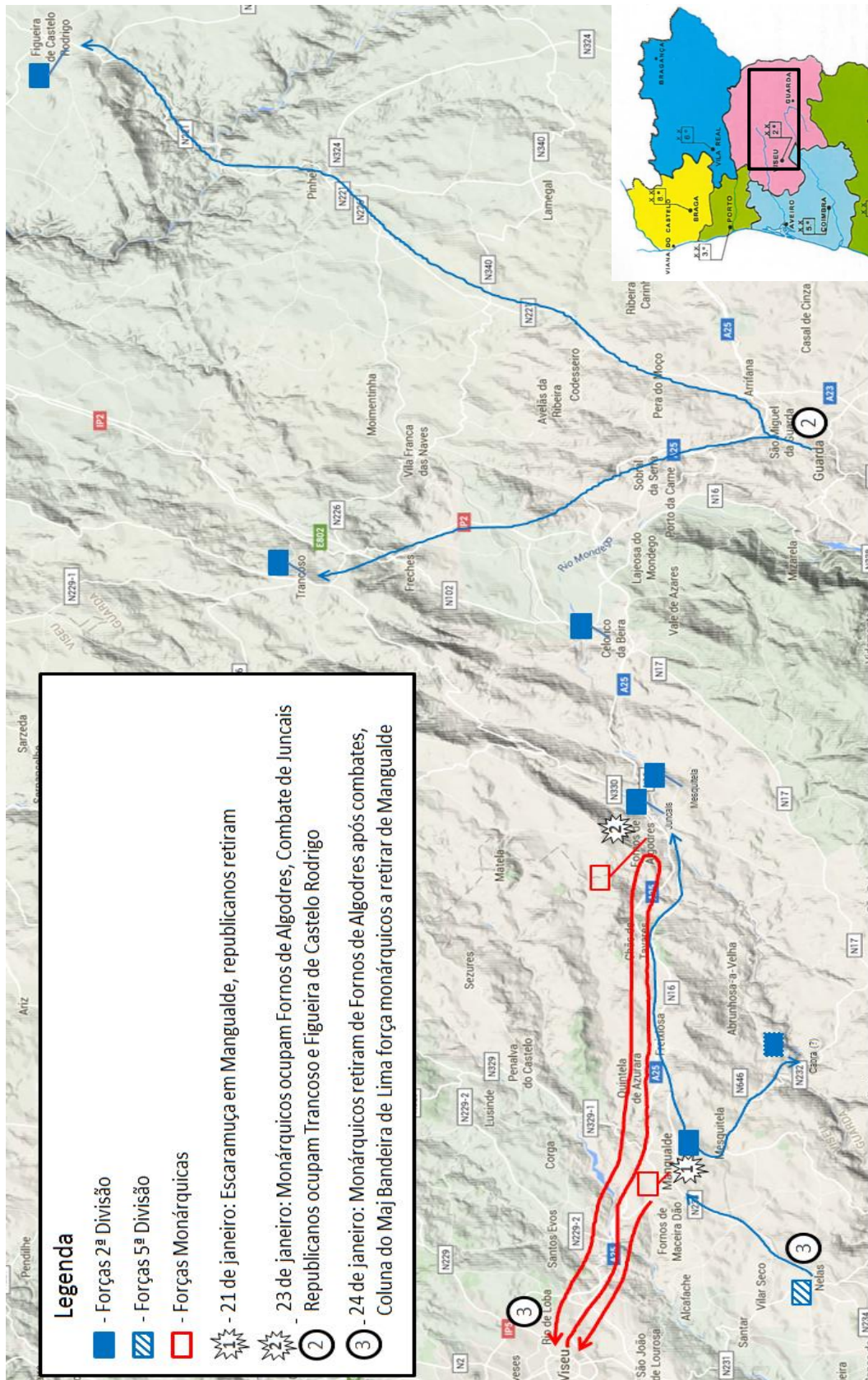


Figura 13 – Situação da 2ª Divisão (21 a 24 de janeiro)

Fonte: Adaptado de (QG 2ª Divisão, 1919a; Google, 2016; Oliveira, 1995)

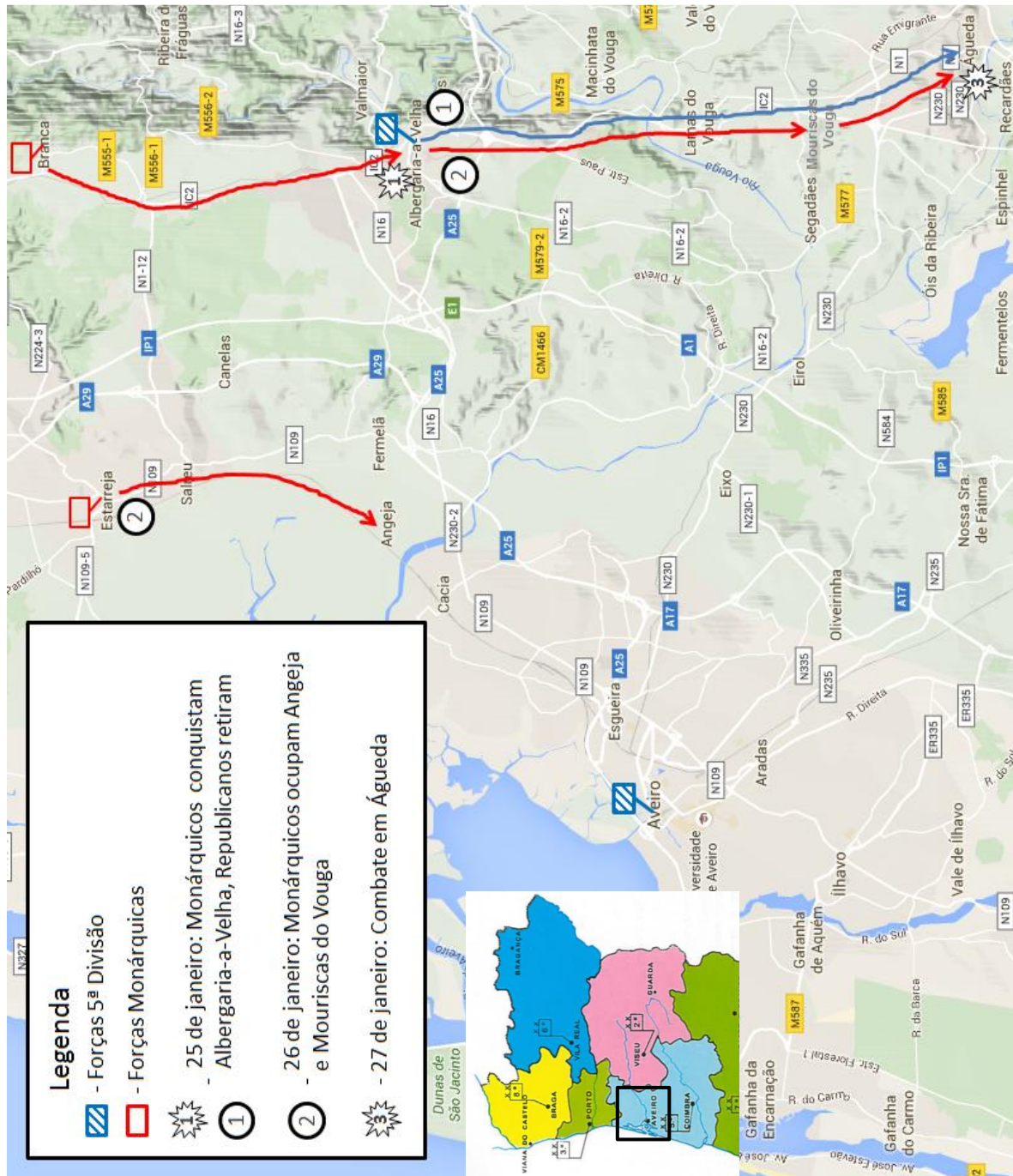


Figura 14 – Situação da 5ª Divisão (25 a 27 de janeiro)

Fonte: Adaptado de (QG 5ª Divisão, 1919a; Google, 2016; Oliveira, 1995)

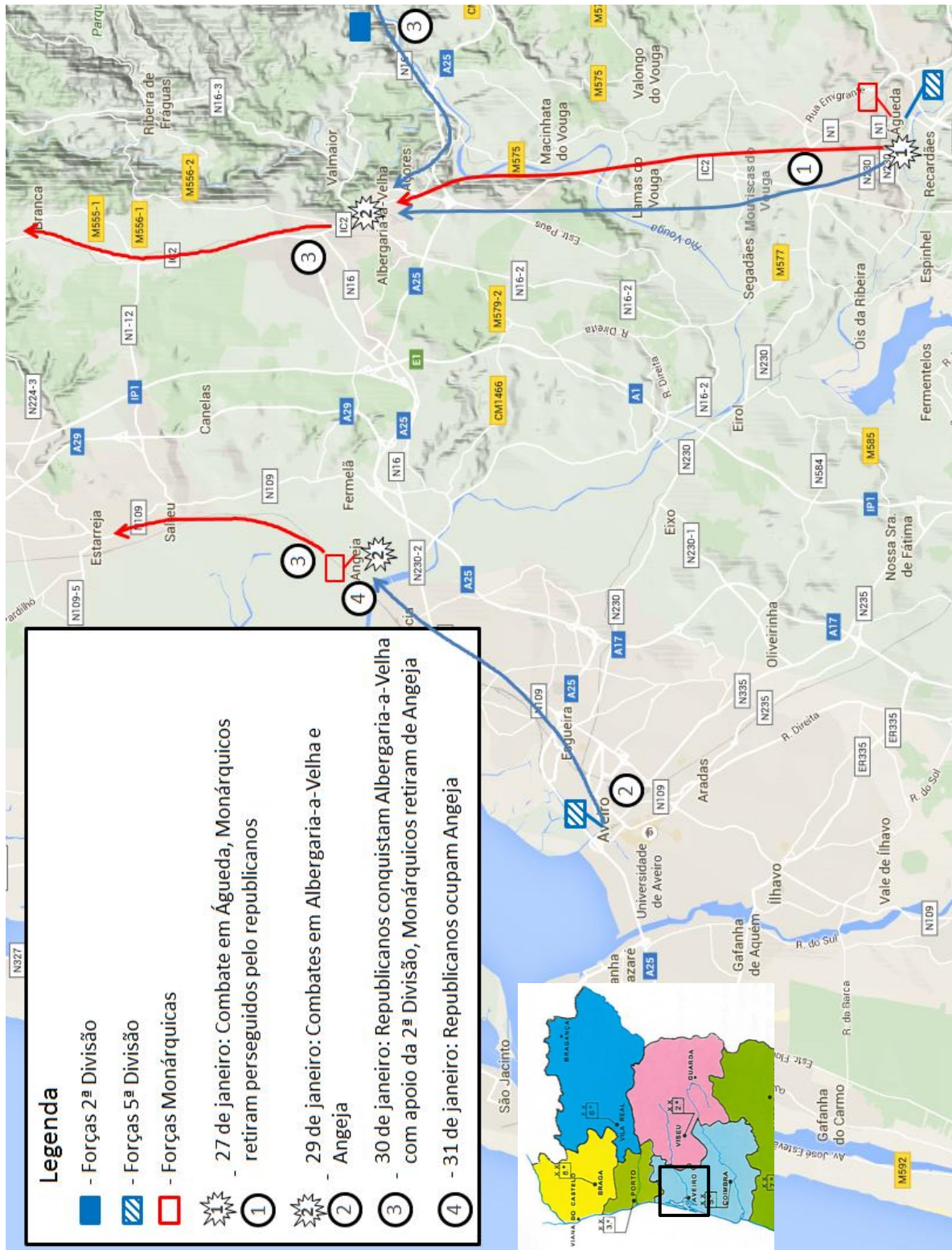


Figura 15 – Situação da 5ª Divisão (27 a 30 janeiro)

Fonte: Adaptado de (QG 5ª Divisão, 1919a; Google, 2016; Oliveira, 1995)

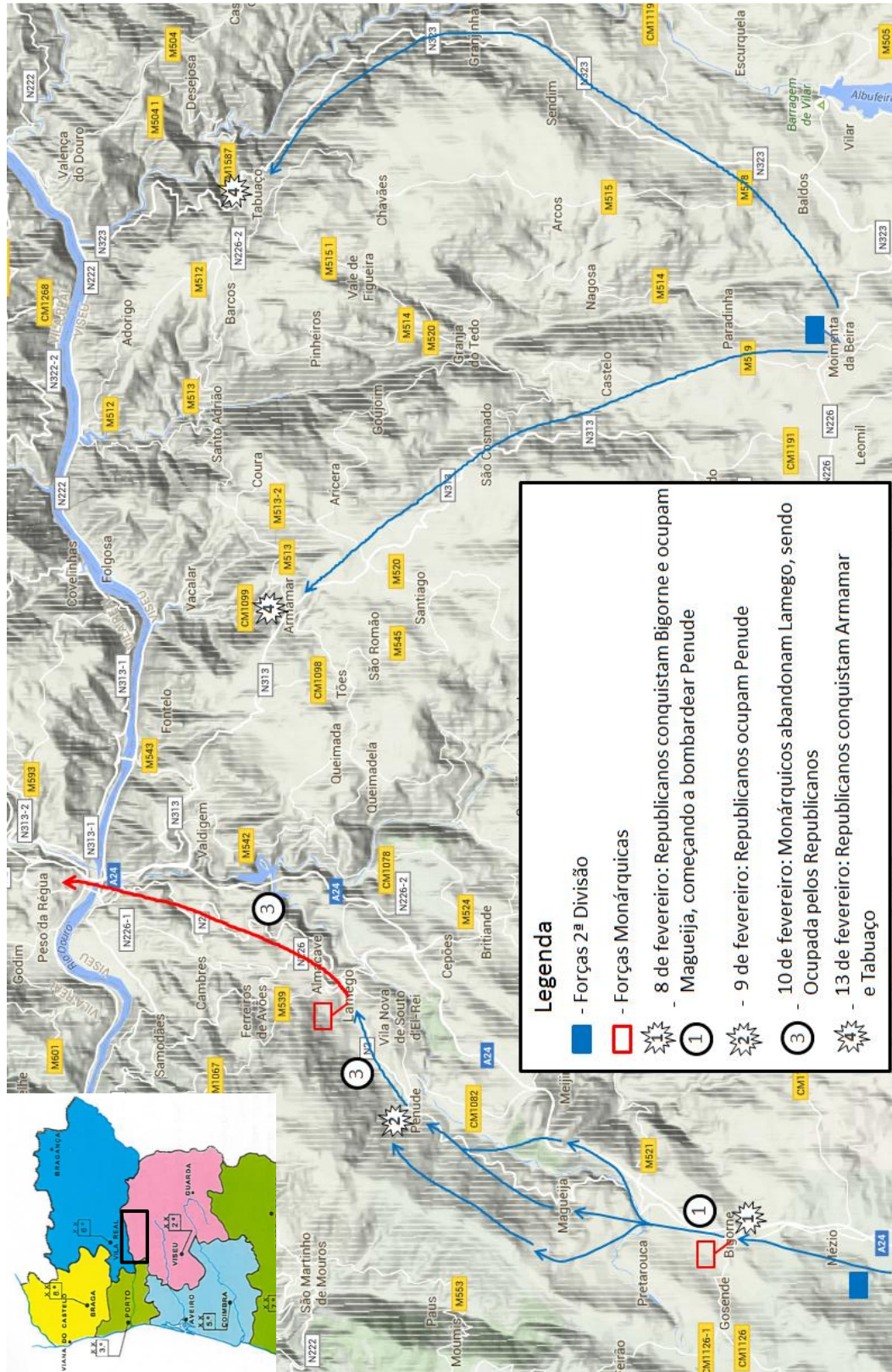


Figura 17 – Situação da 2ª Divisão (8 a 13 de fevereiro)

Fonte: Adaptado de (QG 2ª Divisão, 1919a; Google, 2016; Oliveira, 1995)

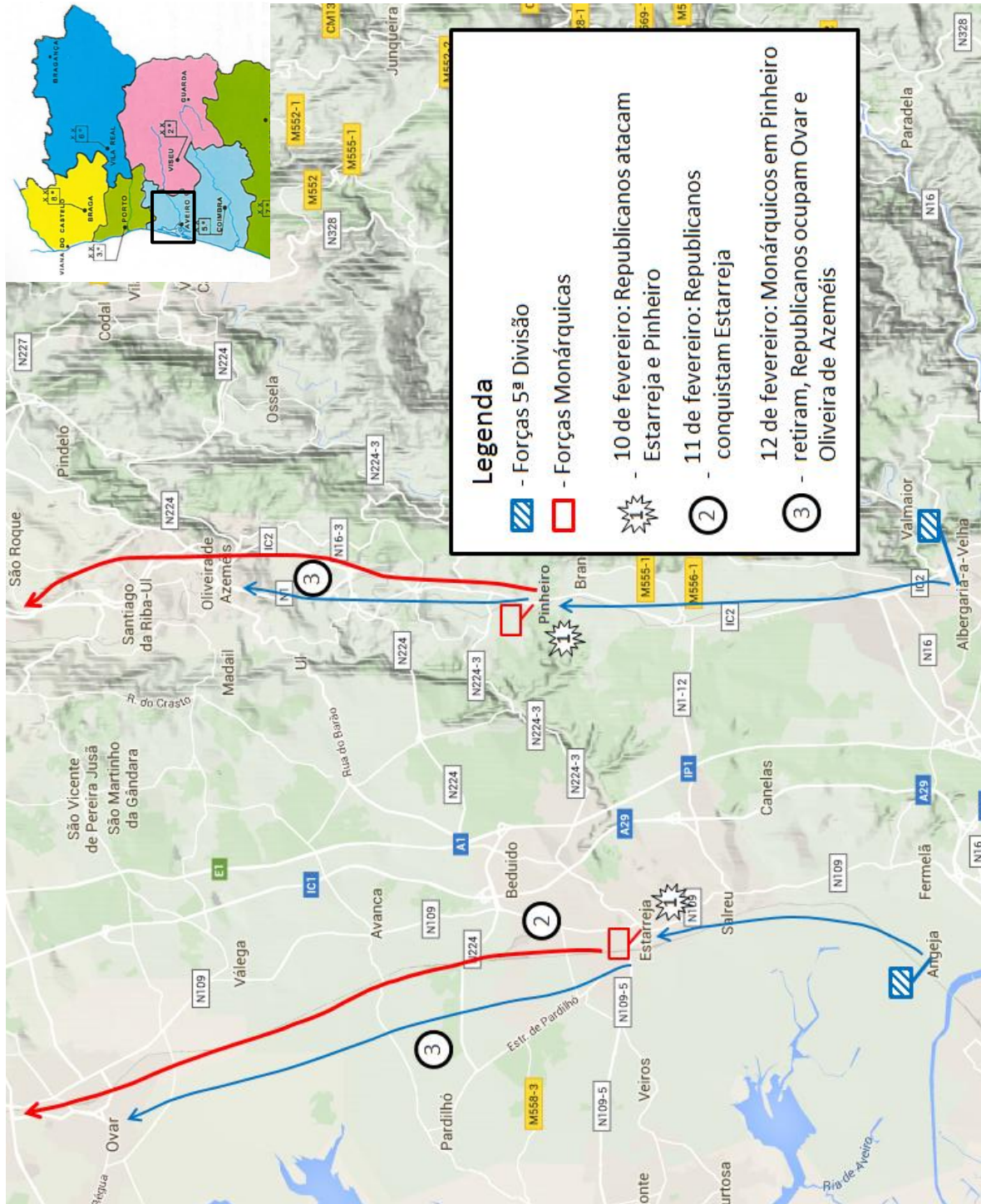


Figura 18 – Situação da 5ª Divisão (10 a 12 de fevereiro)

Fonte: Adaptado de (QG 5ª Divisão, 1919a; Google, 2016; Oliveira, 1995)

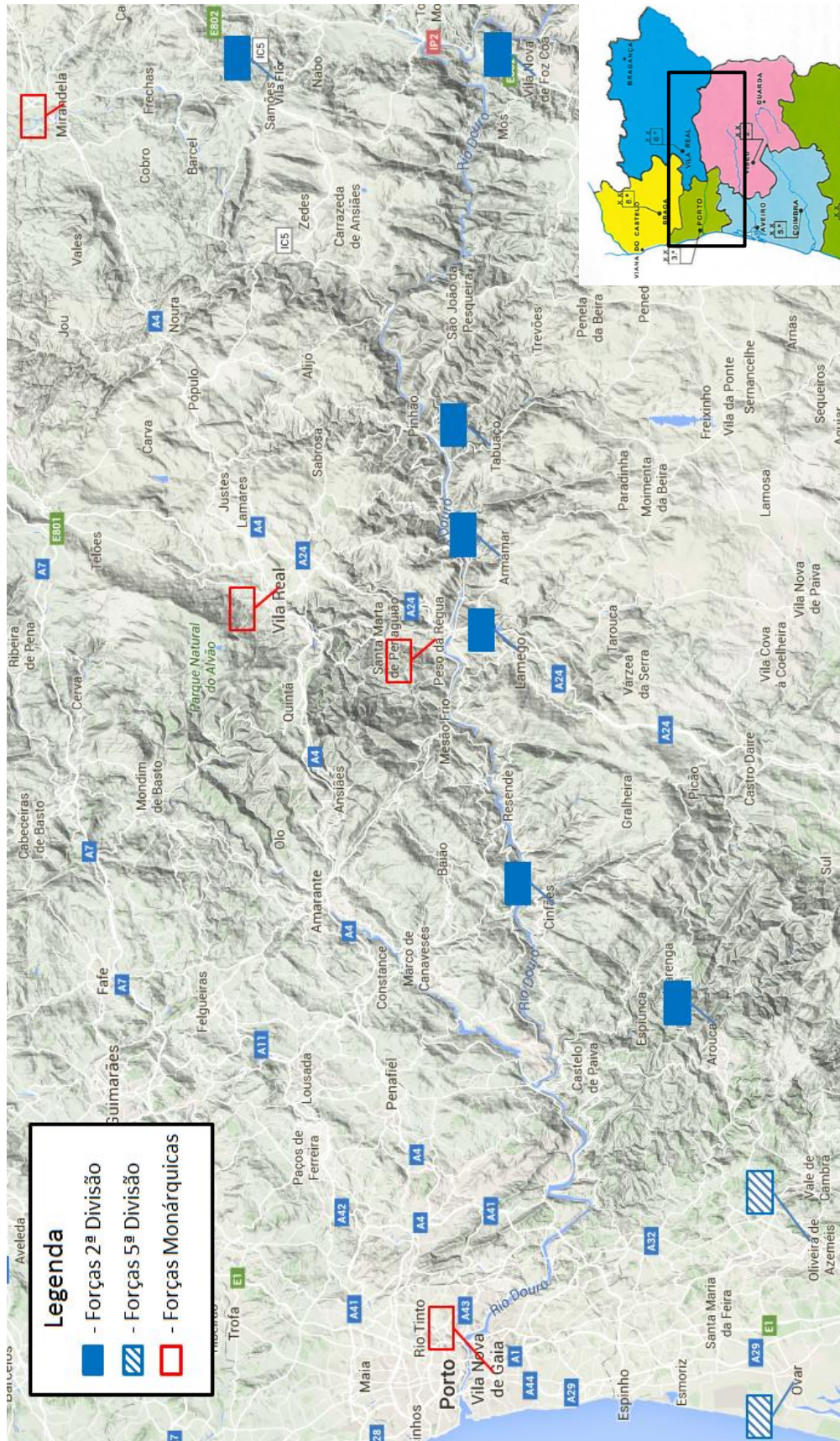


Figura 19 - Situação das forças no final da fase da ofensiva

Fonte: Adaptado de (QG 2ª Divisão, 1919a; QG 2ª Divisão, 1919b; Google, 2016; Oliveira, 1995)

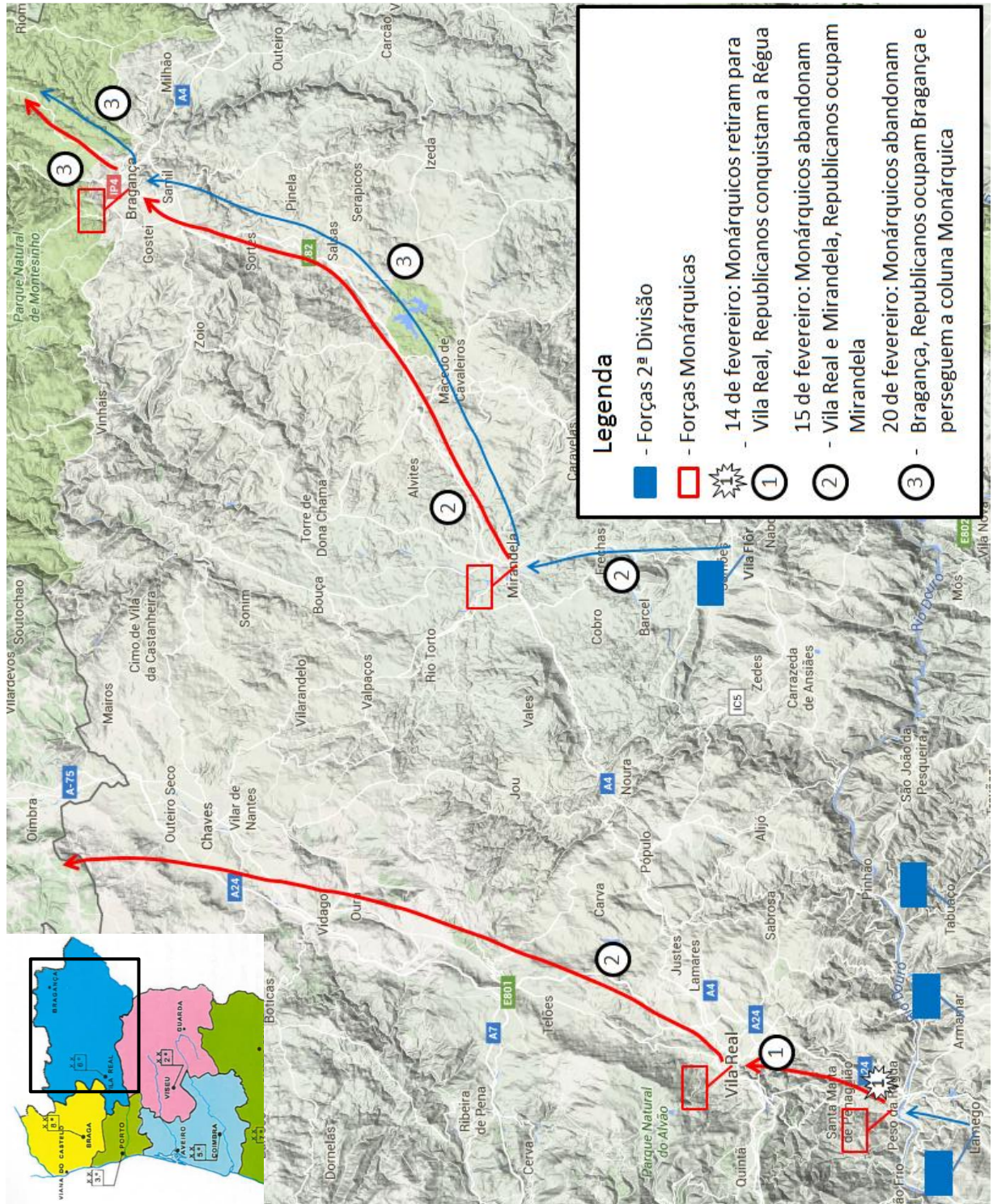


Figura 20 – Situação da 2ª Divisão (14 a 20 de fevereiro)

Fonte: Adaptado de (QG 2ª Divisão, 1919a; Google, 2016; Oliveira, 1995)